



DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO

AIMÉ CÉSAIRE



adandê



DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO

AIMÉ CÉSAIRE





DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO

AIMÉ CÉSAIRE



Copyright 2024 © *Todos os direitos para todos*

Organização, adaptação, tradução e revisão:

Editorial Adandé

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Gato Preto CC

Impressão e acabamento:

Cooperativa Uhuru

Este livro é uma iniciativa militante e autogestionária, produzido pelo Editorial Adandé com o objetivo de colaborar para a formação teórica de lutadores e lutadoras do povo e com a difusão do pensamento revolucionário. O compartilhamento ou a reprodução total ou parcial desta obra é permitida e incentivada para fins não-comerciais e desde que citados os autores.

Original, 1950; 1955.

1ª edição, fevereiro de 2023.

2ª impressão, março de 2024.

Editorial Adandé – Casa da Resistência

Rua César Martins da Silva, nº 35, Centro.

CEP: 44001-508 – Feira de Santana, Bahia - Brasil.

www.editorialadande.com

instagram.com/editorialadande

facebook.com/editorialadande

twitter.com/editorialadande

Não, não fomos nunca amazonas do rei do Daomé, nem príncipes de Gana com oitocentos camelos, nem doutores em Tombuctu sob o reinado de Askia o Grande, nem arquitetos de Djenné, nem Mahdis, nem guerreiros. Não sentimos sob a axila a comichão daqueles que seguraram a lança. E como jurei nada ocultar da nossa história (eu que nada admiro tanto quanto o carneiro pastando a sua sombra da tarde), quero confessar que fomos o tempo todo uns lavadores de louça bem ordinários, engraxates sem grande competência, na melhor das hipóteses, feiticeiros bastante conscienciosos e o único recorde que batemos é o da resistência ao chicote...

Fragmento do poema *Diário de um retorno ao país natal* [*Cahier d'un retour au pays natal*], Aimé Césaire, *Volontés*, nº 20, agosto de 1939.



Aimé Césaire fotografado por Georges Dudognon durante um comício em Paris contra a guerra colonial francesa na Argélia, em 27 de janeiro de 1956.

SUMÁRIO

<i>Aimé Césaire, cólera e negritude</i>	<i>10</i>
<i>Consciência racial e revolução social.....</i>	<i>16</i>
<i>Prefácio de Mário Pinto de Andrade.....</i>	<i>20</i>
<i>Discurso sobre o Colonialismo</i>	
<i>Parte 1.....</i>	<i>28</i>
<i>Parte 2.....</i>	<i>32</i>
<i>Parte 3.....</i>	<i>46</i>
<i>Parte 4.....</i>	<i>54</i>
<i>Parte 5.....</i>	<i>68</i>
<i>Parte 6.....</i>	<i>80</i>
<i>Bibliografia de Aimé Césaire.....</i>	<i>85</i>

AIMÉ CÉSAIRE, CÓLERA E NEGRITUDE

Em um artigo publicado na edição de 24 de agosto de 1946 do tradicional jornal *L'Humanité*, então órgão central do Partido Comunista Francês (PCF), o controverso e importante marxista e *partisan* Roger Garaudy cravou para Aimé Césaire a alcunha elogiosa de “poeta da cólera”. Césaire havia chegado na França aos 18 anos, em 1931, após ganhar uma bolsa no Liceu Louis-le-Grand, onde concluiria seus estudos secundários para depois ser aprovado na Escola Normal Superior de Paris em 1935. Nesses anos, o jovem Aimé participa da Associação dos Estudantes Martinicanos na França, funda o jornal literário *L'Étudiant noir*, conhece os senegaleses Léopold Senghor, Birago Diop e Ousmane Socé e reencontra o franco-guianense Léon-Gontran Damas, que fora seu amigo de infância, se aproximando também da juventude comunista. Nesse coletivo de jovens intelectuais negros que se encontraram e se reconheceram na capital colonial ocorreriam os debates que ensejaram a formulação do conceito de *negritude*, usado por Césaire pela primeira vez no artigo *Conscience raciale et révolution sociale*, publicado na seção *Nègreries* da terceira edição de *L'Étudiant noir*, em maio/junho de 1935, dando origem à corrente político-cultural que ficou conhecida como “movimento da negritude”.

Aimé Fernand David Césaire nasceu em 26 de junho de 1913 na pequena cidade de Basse-Pointe, na região nordeste da Martinica, foi criado com mais cinco irmãos por uma mãe costureira e um pai que trabalhava como fiscal local de impostos, mas, em que pese o elevado nível cultural de sua família, Aimé e seus irmãos viveram sempre em uma situação de relativa pobreza. Muito cedo, se

destacou como um aluno brilhante e premiado do Liceu Schoelcher em Fort-de-France, capital martinicana, partindo para a França assim que se formou em 1931 e ainda nutrindo um certo sentimento pelo “universalismo europeu”. Estudante no Liceu Louis-le-Grand, vivendo em uma Paris do período entreguerras, Césaire passa a ser fortemente influenciado pela rebeldia do surrealismo e pelos debates marxistas da época, conhece publicações como *La Revue du Monde Noir* e *Légitime Défense* e convive também com outros círculos intelectuais martinicanos, como o grupo formado em torno das irmãs Nardal e o coletivo onde se destacavam nomes como Étienne Léro e René Ménénil. Em 1935, Césaire é aprovado em sua segunda tentativa no exame de admissão para os estudos em letras e humanidades na Escola Normal Supérieure e nesse mesmo ano inicia a publicação de *L'Étudiant noir*, periódico animado pelo círculo político-intelectual de estudantes africanos e antilo-guianenses, que diferentemente dos demais, avança nas reflexões sobre a questão colonial fundindo as influências comunistas com as ideias nascentes do pan-africanismo.

Durante suas curtas férias de verão na Iugoslávia em 1935 e profundas reflexões sobre a Martinica, Césaire começa a escrever os versos do seu clássico *Cahier d'un retour au pays natal*, que só seria publicado na revista *Volontés* em 1939 e receberia outras edições em livro nas décadas seguintes, com prefácio escrito em 1943 pelo poeta André Breton, fundador e principal teórico do surrealismo. Retornando à Martinica nas férias seguintes, a vivência de Césaire na metrópole o faz enxergar a questão colonial de outra forma, passando a entender a centralidade da luta anticolonial para libertação dos povos, em especial na África e nas Américas, reflexão que marcaria profundamente toda sua obra e sua dedicada militância por toda uma vida. Em 1937, Césaire retorna

a França para concluir seus estudos e finaliza sua tese sobre o Renascimento do Harlem e as representações de escritores afro-americanos como Langston Hughes e W. E. B. Du Bois. Nesse mesmo ano, casa-se com Suzanne Roussi, também estudante martinicana e sua colega no *L'Étudiant noir*, que se tornaria uma importante e inovadora teórica do surrealismo.

O casal retorna para a Martinica em 1939 com seu filho, se estabelecendo na capital, onde Césaire passa a lecionar no Liceu Schoelcher e será professor e mentor de Frantz Fanon, influenciando fortemente também o escritor Édouard Glissant. Com René Ménil, Lucie Thésée, Georges Gratiant e outros intelectuais martinicanos, o casal Césaire funda a revista literária *Tropiques* no período que coincide com o avanço dos eventos na Europa que culminarão na Segunda Guerra Mundial, com a França sendo ocupada pelos nazistas a partir de 1940 e a instauração do regime de Vichy sob a ditadura colaboracionista do marechal Pétain. O regime fascista também se estende sobre as colônias francesas, a “Ilha das Belas Flores” tem seu abastecimento cortado e sofre com o regime repressivo do Almirante Robert. A revista *Tropiques* é censurada e proibida sob a acusação de ser uma publicação “revolucionária”, “racista” e “sectária”. Aimé se aproxima cada vez mais da federação comunista martinicana que funciona como uma regional do Partido Comunista Francês, ao qual se filiará oficialmente aos 32 anos e seria eleito em 1945, após o fim da segunda guerra com a derrota do Terceiro Reich e do regime de Vichy, primeiro como presidente do conselho municipal de Fort-de-France, e na sequência, como representante martinicano e deputado na Assembleia Nacional da Quarta República Francesa, a partir de 1946. Em sua primeira ação como deputado, Césaire lidera a luta pela mudança do estatuto das colônias francesas, sendo relator da lei de

1946 que transforma a Martinica, Guadalupe, Reunião, Maiote e a Guiana Francesa em “departamentos ultramarinos” da República Francesa.

Em paralelo à sua atividade política, Aimé aprofunda sua relação com o surrealismo e se dedica à produção poética, publicando *Les Armes miraculeuses* em 1946, *Soleil cou coupé* em 1948 e *Corps perdu*, com ilustrações de Pablo Picasso, em 1949. Estabelece uma importante colaboração com a revista *Présence Africaine*, fundada por Alioune Diop em 1947 e que será um importante portavoz dos debates do movimento da negritude e do pan-africanismo. O ensaio *Discours sur le colonialismo* aparece pela primeira vez em 1950, mas seria de fato reconhecido pelo público com a edição de 1955 da *Présence Africaine*.

O *Discurso* de Césaire se tornaria sua obra mais contundente e conhecida. Utilizando a cadência revolucionária própria de um manifesto e lançando mão das tonalidades rebeldes de sua poesia surrealista, Césaire denuncia a Europa como uma civilização moribunda e indefensável que caminhava para a autodestruição. Como uma declaração de guerra ao colonialismo e ao fascismo, o *Discurso* de Césaire utiliza a dialética hegeliana para demonstrar como a violência colonial vai transformando cada vez os países colonizadores em reinados da barbárie. Não obstante da sua defesa da revolução proletária como solução final e o exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como nação socialista e multiétnica, Césaire dialoga com lógica leninista de que “a revolução social só pode vir na forma de uma época na qual são combinadas a guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países avançados, e toda uma série de movimentos democráticos e revolucionários, incluindo os movimentos de libertação nacional, nas nações subdesenvolvidas, atrasadas e oprimidas” (V. I. Lê-

nin, em *Sobre uma caricatura do marxismo e o "economismo imperialista"*, outubro de 1916), mas radicaliza a compressão dialética entre a revolução proletária nos países centrais e as lutas de libertação dos povos colonizados, particularmente do povo negro na África e na diáspora, que em sua percepção assume uma condição de centralidade para derrotar o sistema capitalista e sua essência colonial e imperialista.

Césaire terá uma longa carreira dedicada à atividade política, dividindo sempre sua atuação entre a Martinica e a França, sendo deputado na Assembleia Nacional francesa por 47 anos (1946-1993) e ocupando o cargo equivalente ao de prefeito de Fort-de-France durante 56 anos (1945-2001). Em 1956, logo após ser desatada a crise internacional no movimento comunista, publica sua famosa *Lettre à Maurice Thorez*, carta onde expõe suas divergências e motivos de rompimento com o PCF ao secretário-geral do partido, que também foi vice-primeiro-ministro da França em 1946-47. Em 1958, Césaire funda o Partido Progressista da Martinica, que defende um tipo de "comunismo martinicano" e que dialoga bastante com as perspectivas do socialismo africano de seu companheiro Léopold Sédar Senghor, que se tornaria presidente do Senegal independente a partir de 1960.

A militância artístico-literária nunca deixou de ser para Césaire um dos seus campos de batalha, produzindo ao longo de sua vida cerca de 15 obras entre compilações de poesia, dramaturgia e ensaios diversos, além de dezenas e dezenas de poemas e artigos publicados em revistas ligadas à questão negra e ao surrealismo. A eloquência do martinicano, seu engajamento e solidariedade às lutas anticoloniais fez dele uma espécie de porta-voz dos povos colonizados, sendo uma figura de destaque no I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros,

realizado em setembro de 1956, em Paris, no II Congresso Internacional de 1959, em Roma, e no I Festival Mundial de Artes Negras em Dakar, em 1966. O conceito de *negritude*, que Césaire definiu como um elemento de autorreconhecimento da identidade negra, construção de solidariedade para um processo de libertação baseado na busca pelos valores culturais da África negra e que Jean-Paul Sartre chamou de “negação da negação do homem negro”, foi o ponto de partida para o movimento político-cultural que se seguiu e que inspirou guerras de libertação na África e em outras partes do mundo.

Em 1958, Aimé publicou seu primeiro texto teatral com *Et les chiens se taisaient*, retomou a poesia com *Ferrements* em 1960 e *Cadastre* em 1961. Sua estadia no Haiti por cerca de seis meses quando mais jovem também se refletiria em sua obra com o ensaio histórico *Toussaint Louverture. La révolution Française et le problème colonial* publicado em 1962 e a peça *La Tragédie du roi Christophe*, em 1963. Na peça dividida em três atos *Une saison au Congo* de 1966, nosso autor narra o processo de libertação da República Democrática do Congo e a tragédia de Patrice Lumumba. A adaptação para um teatro negro de “A Tempestade” de William Shakespeare, publicada como *Une Tempête* em 1969 seria a última contribuição de Césaire à dramaturgia. Suas *Œuvres complètes* em três volumes seriam publicadas na França em 1976, mas o “poeta da cólera” ainda daria contribuições à literatura terceiro-mundista com o livro de poemas *Moi, laminaire* em 1982, o ensaio *Discours sur la négritude* de 1987 e *La Poésie* de 1994. Césaire falece aos 94 anos em Fort-de-France no dia 17 de abril de 2008, encerrando sua longa trajetória de toda uma vida dedicada à Martinica e à causa dos povos colonizados.

CONSCIÊNCIA RACIAL E REVOLUÇÃO SOCIAL

Aimé Césaire*

*O materialismo não diz que os pensamentos não são eficazes,
mas apenas que suas causas não são os pensamentos. Que seus
efeitos não são os pensamentos.*

Nizan, em *Os Cães de Guarda (Les Chiens de garde)*.

Qual revolução já foi feita por um povo inocente de curiosidades? Quem sublevou alguma vez um brinquedo contra seu dono? No entanto, aí reside a proeza que nossos revolucionários negros desejam realizar quando exigem que o negro se rebelde contra o capitalismo que o opri-

* O artigo *Conscience raciale et révolution sociale*, que publicamos aqui a título de prólogo, apareceu originalmente na seção *Nègreries* do jornal *L'Étudiant noir*, nº 3, de maio/junho de 1935, publicado pela Associação de Estudantes Martinicanos na França, sendo o texto onde Césaire inaugura o conceito de *negritude*, que servirá de base para o chamado “movimento da negritude”, uma corrente político-intelectual que reivindicou a identidade e o conjunto de valores culturais da África negra contra a dominação colonial. A palavra *nègre* em francês, ao contrário de *noir*, sempre foi a forma pejorativa para se referir as pessoas negras. Além de Aimé, o movimento foi impulsionado principalmente pela revista *Présence Africaine* e teve também a importante participação de Léopold Senghor, poeta e escritor senegalês, defensor do socialismo africano que se tornaria presidente do Senegal independente em 1960. *Nègreries* é o termo francês que se refere aos locais onde os escravizados negros eram mantidos presos.

me. Desta forma, como podemos chamar um povo de assimilados de outra maneira que não seja um “brinquedo”? Dostoievski já o disse, ou quase: toda raça que acredita não ter nada a dizer ao mundo não passa de uma “curiosidade étnica” e todo indivíduo é um brinquedo quando acredita que, no encontro de receber e dar, seu povo chega com as mãos vazias.

“Aja!”, dizem eles aos negros. Mas como agir é criar, e como criar é amassar e dar à luz sua substância natural, o negro de nossa terra não agirá, pois ele está distraído de si e vive separado de si mesmo.

De fato, um estranho mal nos atormenta nas Índias Ocidentais: um medo de si mesmo, uma capitulação do ser frente ao aparente, uma debilidade que leva um povo de explorados a voltar as costas à sua natureza, porque uma raça de exploradores a envergonha com o pérfido propósito de abolir “a consciência própria dos explorados”.

Os exploradores brancos deram a nós os negros explorados, uma cultura, mas uma cultura branca; uma civilização, mas uma civilização branca; uma moral, mas uma moral branca; eles nos paralisam com malhas invisíveis para o caso hipotético em que nos libertaríamos da mais sensível escravidão material que eles nos impuseram. E traçam sua trama, pacientemente, incansavelmente, por meio da diligente astúcia, até morrermos no conhecimento de nós mesmos.

Agora, se é verdade que o filósofo revolucionário é quem elabora as técnicas de libertação, se é verdade que o trabalho da dialética revolucionária é desfazer “todas as falsas percepções prodigalizadas sobre os homens para encobrir sua servidão”, não devemos denunciar a cultura soporífica da identidade e colocar, sob as prisões que o capitalismo branco construiu para nós, cada um de

nossos valores raciais como várias bombas libertadoras? Aqueles que dizem ao homem negro para se rebelar sem antes o conscientizar, sem lhe dizer que ele é belo, bom e legítimo porque é negro, esqueceram o principal.

Esqueceram de falar ao negro a única linguagem que ele pode legitimamente escutar, já que, diferente daquele “funcionário do escritório de M. Gradgrind*”, o “escravo negro” ainda tem sangue rico em afeto humano e que é desde o afeto humano, como assinala Chesterton, que ele vai querer a fidelidade ou a liberdade.

A verdade é que aqueles que pregam a rebelião ao negro não têm fé no negro e que, no orgulho de serem revolucionários, esquecem que, antes de tudo, são negros: escravidão ainda e da espécie mais estéril.

O herói Paul Morand, que “assimilou” Occide**, é também um revolucionário: graças a ele, o Haiti tem seus sovietes, Porto Príncipe se torna *Octobreville*; uma vantagem agradável se ele continuar prisioneiro dos brancos, um símio inútil imitador!

Uma lástima para aqueles que se contentam em ser como Occide por desprezo ao que chamam de “racismo”. Queremos explorar nossos próprios valores, conhecer nossas próprias forças através da experiência pessoal, cavar nosso próprio domínio racial, certos de que devemos encontrar, no fundo, as fontes que brotam do humano universal.

* M. Gradgrind, personagem de *Tempos difíceis* (1854) de Charles Dickens, é o professor de uma escola cuja única paixão é preencher a cabeça de seus alunos com dados úteis.

** Occide Jeanty (1860-1936) foi um músico, compositor e chefe de Orquestra haitiano. Na França, onde aprofundou sua formação, foi designado para o Corpo Militar de Música do Palácio Nacional, compondo várias marchas militares francesas.

Deste modo, então, antes de fazermos a revolução, e para fazer a revolução – a verdadeira revolução – a onda destrutiva e não o tremor superficial, uma condição é essencial: quebrar a identificação mecânica das raças, rasgar os valores superficiais, capturar em nós mesmos o negro imediato, plantar nossa negritude como uma bela árvore até que tenha seus frutos mais autênticos.

Só então estaremos conscientes de nós mesmos; só então saberemos até onde podemos correr sozinhos; só então saberemos onde o fôlego nos falta e, como nós teremos compreendido nossa diferença particular e “desfrutado legitimamente de nosso ser”, poderemos triunfar sobre todas as escravidões, nascidas da “civilização”.

Ser revolucionário é bom; mas para nós, negros, é insuficiente; não devemos ser revolucionários acidentalmente negros, mas propriamente revolucionários negros, e convém dar ênfase tanto ao substantivo como ao qualificativo.

É por isso que para aqueles que desejam ser revolucionários apenas para poder zombar do negro pelo nariz “suficientemente achatado”; é por isso que para aqueles que acreditam em Marx apenas para ultrapassar a linha, dizemos: para a revolução trabalhamos, para tomar posse de nós mesmos, dominando a alta cultura oficial branca, o “aparelho espiritual” do imperialismo conquistador.

Dedicar-nos corajosamente à tarefa cultural, sem medo de cair em um idealismo burguês, o idealismo que tem sido aquele que considera a ideia como filha da Ideia e como a matriz das Ideias, pois como nós a vemos, é uma promessa que não pode senão desabrochar em um bosque de atos.

Sim, trabalhamos em ser negros com a certeza de isso é trabalhar pela revolução, pois isso fará a revolução, que estará em sua força, e aquilo que está em sua força está em seu verdadeiro caráter.

PREFÁCIO

*Mário Pinto de Andrade**

Eis uma obra que dispensa o olhar dos prefaciadores. Moldado no estilo vulcânico de que o poeta Aimé Césaire possui o segredo, o *Discurso* é tão transparente que a sua substância só se presta a uma interpretação: trata-se do processo dos valores da Europa capitalista, responsável por um odioso empreendimento etnocidário – a colonização; e, nessa perspectiva, é o requisitório mais virulento que um escritor negro jamais lançou, com tamanho talento, ao rosto dos opressores. Talvez convenha preci-

* Mário Coelho Pinto de Andrade (1928-1990), amigo pessoal de Aimé Césaire, nascido em Golungo Alto (Angola), escreveu este prefácio, datado em maio de 1976, para a edição portuguesa do *Discurso Sobre o Colonialismo*. Ensaísta, divulgador da cultura negra e ideólogo do panafricanismo, foi também um dos fundadores e primeiro presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), além de Secretário Geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas nos anos 1960. Após a independência de Angola e lutas internas no MPLA cria a corrente “Revolta Activa”, se opondo à liderança de Agostinho Neto, é forçado ao exílio, seguindo para Guiné-Bissau, onde foi coordenador do Conselho Nacional de Cultura, e depois para Cabo Verde, falecendo em 1990 em Londres, Inglaterra.

sá-lo desde já: o autor dirigia-se aos intelectuais burgueses que pretendiam representar então a consciência liberal, mas também a todos os militantes fincados, do outro lado da barricada, na revolta nacionalista. Foram estes últimos, como se verá mais adiante, que melhor utilizaram este livro explosivo.

Se me permito a intrusão destas quantas páginas, prevalecendo-me dos laços de amizade que há vinte anos me ligam a Césaire, é para recordar aos leitores que vão descobrir o *Discurso sobre o Colonialismo* na sua versão em português, as circunstâncias e o contexto histórico em que este brulote foi aceso. Escrito inicialmente como um artigo, pedido ao autor por uma revista efêmera que estava longe de arvorar ideias progressistas, o texto foi objeto de uma primeira edição em 1950 e de outra, revista e aumentada, cinco anos mais tarde (*Éditions Réclame e Présence Africaine, Paris*). Inscrevia-se repentinamente no âmago do principal acontecimento que, no amanhã da segunda guerra mundial, modelava o devir dos povos saqueados pela História, a saber: a reconquista da *identidade*, materializada pela luta de libertação nacional.

Situado no próprio terreno de uma certa *intelligentsia* europeia, lá onde ela pretendia ser a única a julgar os homens, a valorizar as culturas e a compreender as sociedades, Césaire compõe este *Discurso* (no sentido literal do termo, como era entendido no século XVIII), para ex-

por e, de caminho, pulverizar a falaciosa argumentação dos grandes pontífices do saber “universal”.

Abordando os mais diversos domínios culturais – literatura, política, etnologia, filosofia – ele revela e desmascara o racista que se ignora ou o moralista de generosas intenções colonizantes.

Mas situemos, entre as duas edições da obra, um texto da mesma veia, publicado em 1954: “O Colonialismo não Morreu” (*La Nouvelle Critique*, 1954). Trata-se de uma vasta e brilhante ilustração dos primeiros postulados enunciados no *discurso*. Auxiliado por numerosos exemplos colhidos nos testemunhos de colonialistas ferrenhos (Albert Sarraut), dos grandes pioneiros (marechal Bugeaud, coronel de Montagnac, conde d'Hérisson), de administradores (Vigne d'Octon), de escritores (Pierre Loti), e apoiando-se, em contraponto, na denúncia de deputados africanos (Boganda) pronunciada em sessões da Assembleia da IV República, Césaire faz desfilar diante dos olhos dos leitores o vasto fresco dos horrores da dominação francesa na África, em Madagascar, na Indochina e nas Antilhas. Tudo isso permite apreender melhor a *essência* do colonialismo que, segundo a sua demonstração, se reveste de dois aspectos: o de um “regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustenta pela violência”, e o de uma “forma moderna de pilhagem”. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo

é portador de racismo*. E é nesta gigantesca *catarsis* coletiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado.

A condenação da civilização europeia foi irrefutável. Ao que sei, ninguém, entre os redatores da época, se ariscou a responder ao panfleto, aliás de natureza polêmica. Contentaram-se, aqui e ali, em *catalogar* Césaire entre os negros praticantes do racismo ao contrário ou pregadores do regresso ao passado nostálgico das tradicionais civilizações africanas...

As páginas mais rigorosas de Aimé Césaire sobre o colonialismo articulam-se, pois, com um momento de extrema intensidade dramática para os povos colonizados. Enraízam-se na trama dos acontecimentos que nessa época faziam a história da Ásia e da África, sobretudo através do Viet Minh, da RDA (Rassemblement Démocratique Africain) e da FLN da Argélia. Muito mais: exprimem o pensamento dos nacionalistas revolucionários. Por toda a parte onde comunidades de colonizados (especialmente dos países negro-africanos) se viam con-

* Jean-Paul Sartre pronuncia-se no mesmo sentido: “De fato a colonização não é uma mera conquista – como foi, em 1850, a anexação de Alsácia-Lorena pela Alemanha –; é, necessariamente, um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integram na Metrópole e se beneficiem das suas vantagens”. “Le Génocide”. Artigo in *Les Temps Modernes*, de dezembro de 1967.

frontados com a necessidade profunda de dizer a verdade das lutas populares, estes textos eram assimilados como a fonte nutridora da revolta, a alavanca da consciência anticolonialista. Essa é a razão porque o *Discurso* se tornou uma arma preciosa no combate ideológico, o *livro vermelho* dos militantes, fossem eles professores primários, jovens, funcionários, sindicalistas ou intelectuais.

O impacto deste livro tão breve quanto incisivo provinha do fato de, na opinião dos militantes, ir direito ao essencial: a experiência do colonizado. Penetrar no essencial do colonialismo, significava, ao mesmo tempo, desmontar os mecanismos de exploração do sistema, desvendar as contradições do pensamento burguês na matéria, mas também indicar as vias que permitiam triunfar sobre “esta vergonha do século XX”.

Ora, neste último aspecto, se nos atermos exclusivamente ao *Discurso*, a visão do autor pode parecer, hoje, marcada por um certo idealismo. Ele admite-o sem reservas. É certo que Césaire estigmatiza sem rodeios os limites históricos atingidos tanto pelo sistema colonial como pelo capitalismo e lança o grito de alarme contra a eventual disposição dos colonizados “para correrem o grande risco yankee”. Mas, adotando o ponto de vista do Partido a que então pertencia (o Partido Comunista Francês), o escritor, ao concluir a sua exposição, dirige-se à outra Europa nestes termos:

“De maneira que, se a Europa Ocidental não assumir ela mesma, na África, na Oceania, em Madagascar, isto é, às portas da África do Sul, nas Antilhas, isto é, às portas da América, a iniciativa de uma política de *nacionalidades*, a iniciativa de uma nova política baseada no respeito pelos povos e pelas culturas; garanto: se a Europa não galvanizar culturas moribundas ou produzir novas culturas; se ela não despertar pátrias e civilizações (isso sem deixar de levar em conta a admirável resistência dos povos coloniais, que agora está brilhantemente simbolizada pelo Vietnã, mas também pela África da RDA), a Europa terá perdido sua última chance e, com as próprias mãos, puxará sobre si mesma a mortalha das trevas.”

Sobre este ponto, o pensamento político de Aimé Césaire merece ser clarificado e sobretudo atualizado, à luz dos seus escritos posteriores. Há quem argumente que o *Discurso* não insiste suficientemente na dinâmica do *fato nacional* criado pelos movimentos de libertação. Césaire vai justamente aprofundar uma noção pela qual se baterá no terreno concreto: *o direito à iniciativa histórica dos povos*, ou em outros termos, *o direito à personalidade*.

Na sua célebre intervenção no primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros, nessa febril sessão da tarde de 20 de setembro de 1956, o poeta, tirando a conclusão sobre as relações entre a situação colonial e a cultura, defende a necessidade militante dos intelectuais se

comprometerem na via da libertação do *demiurgo*, mais claramente, na luta popular de libertação nacional.

“*Sou a hora de nós mesmos*” – acrescentaria, um mês depois, para bem mostrar que, em breve, a tomada da iniciativa seria total. Ou ainda: “Só a África pode revitalizar, repersonalizar as Antilhas”. Ora, a tomada de consciência nacional manifestou-se nas Antilhas – sob a dominação francesa – na luta contra o estatuto de departamentalização, da mesma maneira que as nações africanas se constituíram no decurso da luta contra o colonialismo e no período que se seguiu à emergência e à consolidação dos Estados independentes. Com efeito, a *coesão psíquica* engendrada pelo afrontamento direto do sistema colonial ganhou relevo com o efeito integrador veiculado pelo fator político-ideológico. E é por essa razão que o Partido de Césaire (o Partido Progressista Martiniquês) foi o primeiro a proclamar a Martinica como nação.

De tal forma que o postulado da iniciativa precisou-se no pensamento de Césaire e tomou o mesmo sentido que Amílcar Cabral formulou nesta noção: o direito dos povos, em situação colonial, a terem a sua própria história*.

* “A libertação nacional de um povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à História, pela destruição de dominação imperialista a que esteve sujeito”. *Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*, in “A arma da Teoria”, Seara Nova, 1976.

Voltando ao *Discurso sobre o Colonialismo*, somos devedores de Césaire por ter levado ao tribunal dos povos os mistificadores do nosso comum destino e reinsuflado o ânimo na vaga vibrante do movimento de libertação nacional. Sinal de fidelidade à África e muito para além, à universalidade – de toda a fome e sede humanas. Aimé Césaire, sempre presente nas mutações da África, saúdam-nos:

*“da minha ilha longínqua
da minha ilha em vigília
eu vos digo Hô!*

*Vejo a África múltipla e una
vertical na sua tumultuosa peripécia
com os seus refegos, os seus nódulos
um pouco à parte, mas ao alcance
do século, como um coração de reserva.”**

* *Pour saluer le tiers-monde*, in *Ferrements*, Editions du Seuil, 1960.

PARTE 1

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente.

Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma.

Uma civilização que trapaceia com os seus princípios, é uma civilização moribunda.

A verdade é que a civilização dita “europeia”, a civilização ocidental, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que, essa Europa acusada no tribunal da “razão” e no tribunal da “consciência”, se vê impotente para se justificar; e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar.

A Europa é indefensável.

Parece que é esta a constatação que se confiam, baixinho, os estrategistas americanos.

O que, em si, não é grave.

O que é grave é que “a Europa”, moralmente, espiritualmente, é indefensável.

E acontece que hoje não são unicamente as massas europeias que a incriminam, mas o ato de acusação é pro-

ferido no plano mundial por dezenas e dezenas de milhões de homens que, das profundezas da escravidão, se erigem em juízes.

Pode-se matar na Indochina, torturar em Madagascar, prender na África Negra, seviciar nas Antilhas. Os colonizados sabem, a partir de agora, que têm uma vantagem sobre os colonialistas. Sabem que os seus “senhores” provisórios mentem.

Logo, que os seus “senhores” são fracos.

E, porque hoje me pedem que fale da colonização e da civilização, vamos direito ao embuste principal, donde proliferam todos os outros.

Colonização e civilização?

A maldição mais comum nesta matéria é deixarmos iludir, de boa-fé, por uma hipocrisia coletiva, hábil em enunciar mal os problemas para melhor legitimar as odiosas soluções oferecidas.

Equivale a dizer que o fundamental, aqui, é ver com nitidez, pensar claramente – entenda-se, perigosamente –, responder com nitidez à inocente questão inicial: o que é, em seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem propagação de *Deus*, nem extensão do *Direito*; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do garimpeiro e do merca-

dor, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projetada, maléfica, de uma forma de civilização que em dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas.

Prosseguindo a minha análise, verifico que a hipocrisia é recente; que nem Cortez, ao descobrir o México do alto do grande *teocalli*, nem Pizarro, diante de Cuzco (e muito menos Marco Polo, diante de *Cambaluc*), se proclamam os mandatários de uma ordem superior; que matam; que saqueiam; que possuem capacetes, lanças, cupidez; mas os embusteiros vieram mais tarde; que, neste domínio, o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas: *cristianismo é igual à civilização; paganismo é igual à selvajaria*; das que só poderiam resultar abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas haviam de ser os índios, os amarelos, os negros.

Posto isto, admito que é bom pôr civilizações diferentes em contato umas com as outras; que consorciar mundos diferentes é excelente; que uma civilização, seja qual for o seu gênio íntimo, murcha ao se encerrar sobre si mesma; que, aqui, o intercâmbio é o oxigênio e que a grande sorte da Europa é ter sido uma encruzilhada e que o fato de ter sido o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias, o ponto de acolhimento de todos os sentimentos, fez dela o melhor redistribuidor de energia.

Mas então, pergunto: a colonização pôs verdadeiramente em contato? Ou, se preferirem, era ela a melhor das maneiras para se estabelecer o contato?

Eu respondo: *não*.

E digo que de *colonização à civilização* a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano.

PARTE 2

Seria preciso estudar, primeiro, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo*, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral, e mostrar que, sempre que há uma cabeça degolada e um olho perfurado no Vietnã e que na França se aceita, uma menina violada e que na França se aceita, um Malgaxe torturado e que na França se aceita, há um acréscimo de peso morto na civilização, uma regressão universal que se opera, uma gangrena que se instala, um foco de infecção que alastra e que no fim de todos estes tratados violados, de todas estas mentiras propaladas, de todos estes prisioneiros amarrados e “interrogados”, de todos estes patriotas torturados, no fim desta arrogância racial estimulada, desta jactância ostensiva, há o veneno incutido nas veias da Europa e em processo lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente.

E então, um belo dia, a burguesia é despertada por um tremendo choque: as gestapos estão atarefadas, as prisões enchem-se, os torturadores inventam, requintam, discutem em torno dos instrumentos de tortura.

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: “Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!”. E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade – que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a cotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus: que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã.

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu *demônio*, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o *crime em si*, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros da África estavam subordinados.

E aí está a grande censura que dirijo ao pseudo-humanismo: o ter, por tempo excessivo, reduzido os direitos humanos, o ter tido e ainda ter deles uma concepção

estreita e fragmentada, parcial e tendenciosa e, bem feitas as contas, sordidamente racista.

Falei muito de Hitler. É que ele merece-o: permite-nos uma visão ampla e permite-nos apreender que a sociedade capitalista, no seu estado atual, é incapaz de fundar um direito dos povos, tal como se revela impotente para fundar uma moral individual. Queira-se ou não: no fim deste beco sem saída chamado Europa, quero dizer, a Europa de Adenauer, de Schuman, Bidault e alguns outros, há Hitler. No fim do capitalismo, lutando para sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler.

E, desde logo, uma das suas frases se me impõe: “Nós aspiramos, não à igualdade, mas sim à dominação. O país de raça estrangeira deverá voltar a ser um país de servos, de diaristas agrícolas ou de trabalhadores industriais. Não se trata de suprimir as desigualdades entre os homens, mas de as amplificar e as converter em lei”.

Isto soa claro, arrogante, brutal, e instala-nos em plena selvajaria ululante. Mas desçamos um grau.

Quem fala? Tenho vergonha de o dizer: é o *humanista* ocidental, o filósofo “idealista”. Que se chame [Ernest] Renan, é um acaso. Que tenha sido tirado de um livro intitulado *La Réforme Intellectuelle et Morale*, que tenha sido escrito na França, no amanhã de uma guerra que a França quisera que fosse do direito contra a força, diz muito sobre a ética burguesa.

“A regeneração das raças inferiores ou abastardadas pelas raças superiores está dentro da ordem providencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre rebaixado, a sua mão pesada é mais afeita ao manejo da espada do que da ferramenta servil. Em vez de trabalhar ele prefere lutar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. *Regere imperio populos*, eis a nossa vocação.

Derramai esta atividade devoradora sobre os países que, como a China, clamam a conquista estrangeira. Dos aventureiros que perturbam a sociedade europeia, façam um *ver sacrum*, um enxame como os dos Francos, dos Lombardos, dos Normandos, e todos estarão em seu papel. A natureza gerou uma raça de operários – a raça chinesa – de uma maravilhosa destreza de mão e quase sem nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe, pelo benefício de tal governo, um amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra, é o negro; sejam para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os chineses, e ela se revolta. Entre nós, todo o revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou a vocação, um ser feito para a vida heroica e que constrangeram *a uma tarefa contrária à sua raça*, mau operário, muito bom soldado. Ora a vida que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade de um chinês, de um *fellah*,

seres de maneira alguma, militares. Que cada qual faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem.”

Hitler? Rosenberg? Não, Renan.

Mas desçamos ainda mais um grau. E é o político verborrágico. Quem protesta? Ninguém, que eu saiba, quando o senhor Albert Sarraut, discursando aos alunos da Escola Colonial, lhes ensina que seria pueril opor aos empreendimentos europeus de colonização “um pretense direito de ocupação e não sei que outro direito de feroz isolamento que perpetuaria em mãos incapazes a vã posse de riquezas desaproveitadas”.

E quem se indigna ao ouvir um certo padre Barde assegurar que os bens deste mundo, “se ficassem indefinidamente repartidos, como o seriam sem a colonização, não corresponderiam nem aos desígnios de Deus, nem às justas exigências da coletividade humana”?

Dado – como o afirma o seu confrade em cristianismo, o padre Muller – “...que a humanidade não deve, não pode tolerar que a incapacidade, a negligência, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem emprego as riquezas que Deus lhes confiou para as colocarem a serviço do bem de todos”.

Ninguém.

Quero dizer: nenhum escritor reconhecido, nenhum acadêmico, nenhum pregador, nenhum um político, nenhum cruzado do direito e da religião, nenhum “defensor da pessoa humana”.

E, no entanto, pelas bocas dos Sarraut e dos Barde, dos Muller e dos Renan, pela boca de todos os que julgavam e julgam lícito aplicar aos povos extra-europeus, e em benefício de nações mais fortes e melhor equipadas, “uma espécie de expropriação por motivo de utilidade pública”, era já Hitler que falava!

Onde eu quero chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, o seu castigo.

Colonização: uma cabeça de ponte em uma civilização da barbárie onde, pode, em qualquer momento, desembocar a negação pura e simples da civilização.

Da história das expedições coloniais respiguei algumas características em outros lugares, com todo o vagar.

Não tive a sorte de agradar a todos. Parece que é desenterrar cadáveres antigos. Vejamos:

Seria inútil citar o coronel de Montagnac, um dos conquistadores da Argélia?

“Para varrer as ideias que me assediam algumas vezes, mando cortar cabeças, não cabeças de alcachofras, mas verdadeiras cabeças de homens.”

Conviria recusar a palavra ao conde d'Hérissou?

“É verdade que trazemos um barril cheio de orelhas colhidas, par por par, de prisioneiros, amigos ou inimigos”.

Deveria negar-se a Saint-Arnaud o direito de fazer a sua bárbara profissão de fé?

“Devasta-se, incendeia-se, pilha-se, destroem-se as casas e as árvores”.

Deveria impedir-se o marechal Bugeaud de sistematizar tudo isto numa teoria audaciosa e reivindicar os ilustres antepassados?

“Impõe-se uma grande invasão na África que se assemelhe ao que faziam os Francos, ao que faziam os Godos”.

Deveria, enfim, relegar-se para as trevas do esquecimento o feito de armas memorável do comandante Gérard e silenciar a tomada de Ambiky, uma cidade que, para dizer a verdade, nunca pensou em defender-se?

“Os atiradores não tinham ordem para matar senão os homens, mas não os contiveram: Ébrios com o odor do sangue, não pouparam nenhuma mulher, nenhuma criança... Ao fim da tarde, sob a ação do calor, uma pequena neblina se levantou: era o sangue das cinco mil vítimas, a sombra da cidade, que se evaporava ao pôr do sol”.

Os fatos são ou não verdadeiros? E as volúpias sádicas, as inomináveis delícias que fazem tremelicar a carcaça de Loti, quando enxerga pelos fundos dos seus binó-

culos de oficial, um bom massacre de Anamitas?* Verdade ou mentira? E se estes fatos são verídicos, como não está ao alcance de ninguém negá-los, dirão, para os minimizar, que estes cadáveres nada provam?

Quanto a mim, se recordei uns tantos detalhes dessas hediondas matanças, não foi por deleite melancólico, foi porque penso que estas cabeças humanas, estas colheitas de orelhas, estas casas queimadas, estas invasões góticas, este sangue que fumeja, estas cidades que se evaporam à lâmina do gládio, não é a tão baixo preço que nos desembaraçaremos delas. Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a ação colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objetivamente

* Trata-se do relato da tomada de Thouan-An (Vietnã), publicado em *Le Figaro*, em dezembro de 1883, e citado no livro de N. Serban, *Loti, sa Vie, son Oeuvre*. "A grande chacina tinha então começado. Tinham-se feito fogos de salvas duplas! E era um prazer ver esses ramalhetes de balas, tão facilmente dirigíveis, abaterem-se sobre eles duas vezes por minuto, obedecendo a um comando metódico e seguro... Viam-se alguns, absolutamente loucos, que se erguiam tomados por uma vertigem de correr... Em zigue-zague e todos retorcidos, lançavam-se nesta corrida de morte, arregaçando-se até nos rins, de uma maneira cômica... e depois divertíamos-nos contando os mortos..."

a transformar-se, ele próprio, em *animal*. É esta ação, este ricochete da colonização, que importava assinalar.

Parcialidade? Não. Houve tempo em que estes mesmos fatos eram motivo de vaidade e em que, seguros do amanhã, não se mastigavam as palavras. Uma última citação; vou buscá-la a um certo Carl Siger, autor de um *Ensaio sobre a Colonização**:

“Os países novos constituem um vasto campo aberto às atividades individuais violentas, que nas metrópoles colidiriam com certos preconceitos, com uma concepção ajuizada e regrada da vida, e que nas colônias podem desenvolver-se mais livremente e, por conseguinte, afirmar melhor o seu valor. Assim, as colônias podem, até certo ponto, servir de válvula de segurança da sociedade moderna. Se esta utilidade fosse a única seria imensa.”

Na verdade, existem taras que ninguém pode reparar e que nunca se acabaram de expiar.

Mas falemos dos colonizados.

Vejo bem o que a colonização destruiu: as admiráveis civilizações indígenas e que nem Deterding, nem a Royal Dutch, nem a Standard Oil, jamais me consolarão dos Aztecas e dos Incas.

Vejo bem – condenadas a desaparecer – as civilizações em que a colonização introduziu um princípio de ruína: Oceania, Nigéria, Niassalândia. Vejo bem menos o que ela lhes trouxe.

* Carl Siger, *Essai sur la Colonisation*, Paris, 1907.

Segurança? Cultura? Jurisdicismo? Entretanto, olho e vejo por toda a parte onde existem, frente a frente, colonizadores e colonizados, a força, a brutalidade, a crueldade, o sadismo, o choque, e, parodiando a formação cultural, a fabricação apressada de uns tantos milhares de funcionários subalternos, *boys*, artesãos, empregados de comércio e intérpretes necessários ao bom andamento dos negócios.

Falei de contato.

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contato humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em peão, capataz, carcereiro, em açoite, e o homem indígena em instrumento de produção.

É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização igual à coisificação*.

Ouço a tempestade. Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas pisoteadas, de instituições solapadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias *possibilidades* suprimidas.

Lançam-me à cara fatos, estatísticas, quilômetros de estradas, de canais, de ferrovias.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados na Ferrovia Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria.

Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de videiras plantadas.

Mas ou falo de *economias naturais*, de economias harmoniosas e viáveis, de economias adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas.

Ufanam-se de abusos suprimidos.

Eu também, também falo de abusos, mas para dizer que aos antigos – muito reais – sobrepuseram outros – muito detestáveis. Falam-me de tiranos locais que foram enquadrados; porém constato que, regra geral, eles se aproximam muito dos novos e que, destes aos antigos e

vice-versa, se estabeleceu, em detrimento dos povos, um circuito de bons serviços e cumplicidade.

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação.

Quanto a mim, faço a apologia sistemática das civilizações para-europeias.

Cada dia que passa, cada negação da justiça, cada carga policial, cada reclamação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada viatura de CRS, cada polícia e cada miliciano fazem-nos sentir o preço das nossas velhas sociedades.

Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns.

Eram sociedades não só pré-capitalistas, como se disse, mas também *anticapitalistas*.

Eram sociedades democráticas, sempre.

Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternais.

Faço a apologia sistemática das sociedades destruídas pelo imperialismo.

Elas eram um fato, não tinham a mínima pretensão de ser uma ideia, não eram, apesar dos seus defeitos, odiosas ou condenáveis. Contentavam-se em ser. Perante elas, nem a palavra *derrota* nem a palavra *calamidade* tinham sentido. Elas reservavam, intacta, a esperança.

Enquanto que essas são as únicas palavras que se podem aplicar, com toda a honestidade, aos empreendimentos europeus fora da Europa. A minha única conso-

lação é que as colonizações passam, as nações dormem apenas por um tempo e os povos ficam.

Posto isto, parece que em certos meios se fingiu descobrir em mim um “inimigo da Europa” e um profeta do regresso ao passado pré-europeu.

Da minha parte, procuro em vão onde pude defender tais argumentos; onde me viram subestimar a importância da Europa na história do pensamento humano; onde me ouviram pregar qualquer *regresso*; onde me viram afirmar que poderia haver *regresso*.

A verdade é que eu disse uma coisa totalmente diferente, a saber: que o grande drama histórico da África não foi tanto o seu contato demasiado tardio com o resto do Mundo, mas a maneira como esse contato se operou; que foi no momento em que a Europa caiu nas mãos dos financistas e capitães da indústria, os mais desprovidos de escrúpulos, que a Europa se “propagou”; que o nosso azar quis que fosse essa a Europa que encontramos no nosso caminho, e que a Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história.

Aliás, ao julgar a ação colonizadora, acrescentei que a Europa se acomodou bastante bem com todos os senhores feudais nativos que aceitavam servir; urdiu com eles uma cumplicidade viciosa; tornou a sua tirania mais efetiva e mais eficaz, e que a sua ação tendeu nada menos que a prolongar artificialmente a sobrevivência dos passados locais no que eles continham de mais pernicioso.

Eu disse – e é muito diferente – que a Europa colonizadora enxertou o abuso moderno na antiga injustiça, o odioso racismo na velha desigualdade.

Se o que se quer é julgar minha intenção, mantenho que a Europa colonizadora é desleal ao legitimar *a posteriori* a ação colonizadora pelos evidentes progressos materiais realizados em certos domínios sob o regime colonial, dado que a *mudança brusca* é sempre possível, em História como em qualquer outro capítulo; que ninguém sabe a que estado de desenvolvimento teriam chegado esses mesmos países sem a intervenção europeia: que o equipamento técnico, a reorganização administrativa, numa palavra, a “europeização” da África ou da Ásia não estavam – como o prova o exemplo japonês – de modo algum ligados à *ocupação* europeia; que a europeização dos continentes não europeus poderia processar-se de outra maneira que não sob a bota da Europa: que esse movimento de europeização *estava em curso*; que foi mesmo afrouxado; que em todo o caso foi falseado pela dominação da Europa.

A prova é que atualmente são os indígenas da África ou da Ásia que reclamam escolas e é a Europa colonizadora que as recusa: que é o homem africano que pede portos e estradas e é a Europa colonizadora que recusa; que é o colonizado que quer avançar e é o colonizador que o retém.

PARTE 3

Passando adiante, penso claramente que na hora presente a barbárie da Europa Ocidental é incrivelmente elevada, só ultrapassada, de muito longe, é certo, pela americana.

E não falo de Hitler, nem do carcereiro, nem do aventureiro, mas do “homem de bem” ao lado; nem do SS, nem do “gangster”, mas do honesto burguês. A candura de Léon Bloy indignava-se outrora porque escroques, perjuros, falsários, ladrões, proxenetas eram incumbidos de “levar às Índias o exemplo das virtudes cristãs”.

O progresso consiste em que hoje é o detentor das “virtudes cristãs” que disputa a honra – e faz isso muito bem – de administrar no ultramar usando os métodos dos falsários e dos torturadores.

Sinal de que a crueldade, a mentira, a baixeza, a corrupção contaminaram maravilhosamente a alma da burguesia europeia.

Repito que não falo de Hitler, da SS, do “pogrom”, da execução sumária. Mas sim desta reação surpresa, daquele reflexo admitido, daquele cinismo tolerado. E, se querem testemunhos, tenho o daquela cena de histeria antropofágica à qual presenciei na Assembleia Nacional francesa.

Caramba, meus caros colegas (como se diz) tiro-lhes o chapéu (o meu chapéu de antropófago, é claro).

Vejam só! Noventa mil mortos em Madagascar! A Indochina pisoteada, triturada, assassinada, torturas arrancadas do fundo da Idade Média! E que espetáculo! O calafrio que vos revigorava as sonolências! Os clamores selvagens! Bidault, com o seu ar de hóstia tirada do lixo – a antropofagia hipócrita e farisaica; Teitgen, filho enxertado do diabo, o Aliboron da desmiolagem – a antropofagia das Pandectas; Moutet, a antropofagia maquinal, a frivolidade uivante e a cabeça de vento; Coste-Fleuret, a antropofagia mal-educada e grosseria.

Inolvidável, meus senhores! Com belas frases, solenes e frias como ataduras que amarram pés e mãos do Malgaxe. Com algumas palavras protocolares, apunham-nos. Apenas o tempo de tomar um *drink*, e o estripam. Belo trabalho! Nem uma gota de sangue se perderá!

Os que bebem até a última gota, nunca colocam água na fervura. Os que, como Ramadier, enchem a cara – à maneira de Sileno; Fonlup-Espéraber, que engoma os bigodes, como um velho gaulês-de-cabeça-redonda; o velho Desjardins, debruçado sobre os barris e inebriando-se como de um vinho doce. A violência! A dos fracos. Significativo: não é pela cabeça que as civilizações apodrecem. É primeiro pelo coração.

Confesso que, pela saúde da Europa e da civilização, esses “mata! mata!”, esses “é preciso que o sangue jorre”, arrotados pelo ancião trémulo e pelo bom jovem, aluno

dos santos padres, impressionam-me muito mais desagradavelmente do que o mais sensacional dos assaltos de um banco parisiense.

E isso, vejam, nada tem de excepcional. A regra, pelo contrário, é a grosseria burguesa. Grosseria cuja pista seguimos há um século. Examinamos, nos surpreendemos, sentimos, seguimos, perdemos, reencontramos, perseguimos e ela se espalha, cada dia mais nauseabunda. Oh! O racismo destes senhores não me ofende. Não me indigna. Limito-me a tomar nota. Constatoo, é tudo. Estou quase grato por se exprimirem e aparecerem em pleno dia, como um sinal. Sinal de que a intrépida classe que outrora se ergueu ao assalto das Bastilhas tem as pernas cortadas. Sinal de que se sente mortal. Sinal de que se sente um cadáver. E quando o cadáver gagueja, o resultado são coisas como estas:

“Havia uma extrema verdade neste primeiro movimento dos Europeus que se recusaram, no século de Colombo, a reconhecer como seus semelhantes os homens degradados que povoavam o Novo Mundo. (...) Era impossível fixar por um instante o olhar no selvagem sem ler o anátema escrito, não digo somente na sua alma, mas até na forma exterior do seu corpo.”

E está assinado Joseph de Maistre (aqui temos a versão mística). E depois ainda isto:

“Sob o ponto de vista de seleção, consideraria deplorável o desenvolvimento numérico muito grande dos elementos amarelos e negros que seriam de eliminação

diffícil. Se, no entanto, a sociedade futura se organizar numa base dualista, com uma classe dólico-loira dirigente e uma classe de raça inferior confinada à mais grosseira mão-de-obra, é possível que este último papel incumba aos elementos amarelos e negros. Neste caso, aliás, não seria um embaraço, mas uma vantagem para os dólico-loiros... É preciso não esquecer que (a escravatura) nada tem de mais anormal que a domesticação do cavalo ou do boi. Portanto, é possível que reapareça no futuro sob uma forma qualquer. Provavelmente, isso acontecerá de maneira inevitável se a solução simplista não intervier: uma só raça superior, nivelada por seleção.”

Aqui, é a versão cientificista e está assinado por Lapogue. E temos ainda isto (desta vez, a versão literária):

“Sei que devo me considerar superior aos pobres Bayas do Mambéré. Sei que devo ter orgulho do meu sangue. Quando um homem superior deixa de se crer superior, cessa efetivamente de ser superior... Quando uma raça superior deixa de acreditar que é uma raça eleita, deixa efetivamente de ser uma raça eleita”

E é assinado Psichari-soldado-de-África.

Traduzido em gíria jornalística, obtemos Faguet:

“No fim de contas, o Bárbaro é da mesma raça que o Romano e o Grego. É um primo. O Amarelo, o Negro, não é de maneira alguma nosso primo. Existe aqui uma verdadeira diferença, uma muito grande e verdadeira distância etnológica. Afinal, a civilização nunca foi feita até

agora senão pelos Brancos... Se a Europa se tornasse amarela, haveria certamente uma regressão, um novo período de obscurantismo e de confusão, isto é, uma segunda Idade Média.”

E mais abaixo, sempre mais abaixo, até o fundo do poço, mais abaixo ainda do que a pá possa descer, o senhor Jules Romains, da Academia Francesa e da *Revue des Deux Mondes* (pouco importa, deixando claro, que o senhor Farigoule mude mais uma vez de nome e se faça aqui chamar Salsette para comodidade da situação). O essencial é que o senhor Jules Romains consiga escrever isto:

“Só aceito a discussão com pessoas que aceitam a hipótese seguinte: uma França que tenha no seu solo metropolitano dez milhões de negros, dos quais cinco ou seis milhões no vale do Garonne. O preconceito de raça nunca teria aflorado em nossas bravas populações do Sudoeste? Nenhuma inquietação surgiria, se se tivesse posto a questão de entregar todos os poderes a esses pretos, filhos de escravos?... Me aconteceu de me deparar com uma fila de uma vintena de negros puros... Eu não censuraria sequer que os nossos pretos e pretas mascam chicletes. Observaria somente que esse movimento tem por efeito colocar bem em destaque os maxilares e que as evocações que nos vêm à mente os aproximam mais da floresta equatorial do que da procissão das Panateneias... A raça negra não deu ainda, nem nunca dará, um Einstein, um Stravinsky, um Gershwin.”

Comparação idiota por comparação idiota: já que o profeta da *Revue des Deux Mondes* e de outros lugares nos convida às aproximações “distantes”, que permita ao negro que eu sou, achar – ninguém é dono das suas associações de ideias – que a sua voz tem menos a ver com o carvalho, e mesmo com os caldeirões de Dodona, do que com o zurrar dos burros do Missouri.

Mais uma vez, faço sistematicamente a apologia das nossas velhas civilizações negras: eram civilizações cortesões.

Então, me dirão, o verdadeiro problema é retornar a elas. Não, repito. Nós não somos os homens do “ou isto ou aquilo”. Para nós, o problema não é de uma utópica e estéril tentativa de reduplicação, mas de uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos fazer reviver. Deixamos isso para os amantes de exotismo. Não é tão pouco a sociedade colonial atual que queremos prolongar, a carne mais imunda que jamais apodreceu debaixo do sol. É uma sociedade nova que precisamos criar, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, rica de toda a potência produtiva moderna, cálida de toda a fraternidade antiga.

Que tal seja possível, a União Soviética nos dá alguns exemplos.

Mas voltemos ao senhor Jules Romains.

Não se pode dizer que o pequeno-burguês não leu nada. Pelo contrário, leu tudo, devorou tudo. Simplesmente, o seu cérebro funciona à maneira de certos apa-

relhos digestivos de tipo elementar. Filtra. E o filtro só deixa passar o que pode alimentar a epiderme da boa consciência burguesa.

Os vietnamitas, antes da chegada dos franceses ao seu país, eram gente de cultura antiga, delicada e requintada. É uma lembrança que aborrece o Banco da Indochina. Façam a funcionar a máquina de esquecer!

Estes malgaxes, que hoje são torturados, eram, há menos de um século, poetas, artistas, administradores? Silêncio! Boca calada! E o silêncio faz-se profundo como um cofre forte! Felizmente que restam os pretos. Ah, os pretos! Falemos deles, dos pretos!

Bem, falemos deles, sim.

Impérios sudaneses? Bronzes de Benim? Escultura Songho? Nos livraríamos de tantas quinquilharias sensacionais que adornam tantas capitais europeias. Música africana. Por que não?

E do que disseram, do que viram os primeiros exploradores... Não dos que comem à manjedoura das Companhias! Mas dos d'Elbé, dos Marchais, dos Pigafetta! E então Frobenius! Ei, sabem quem é Frobenius? E lemos juntos:

“Civilizados até à medula! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.”

O pequeno-burguês não quer ouvir mais nada. Com um movimento de orelhas, afugenta a ideia.

A ideia, a mosca que importuna.



PARTE 4

Assim, camaradas, serão teus inimigos – com alta, lucidez e de maneira consequente – não só governadores sádicos e prefeitos torturadores, não só colonos flageladores e banqueiros vorazes, não só trapaceiros políticos lambe-cheques e magistrados vendidos, mas igualmente e pela mesma razão, jornalistas biliosos, acadêmicos de papada endolarados de idiotices, etnógrafos metafísicos e *dogonneux*, teólogos extravagantes e belgas, intelectuais falantes, que se acreditam descendentes de Nietzsche ou dervixes-filhos-de-rei chutados de não sei que Pléiade, os paternalistas, os beijoqueiros, os corruptores, os distribuidores de palmadas nas costas, os amadores de exotismo, os divisionistas, os sociólogos agrários, os adormecedores, os mistificadores, os caluniadores, os embusteiros e, de uma maneira geral, todos aqueles que, desempenhando o seu papel na sórdida divisão do trabalho para o bem-estar da sociedade ocidental e burguesa, tentam, de maneira diversa e por diversão infame, desagregar as forças do Progresso – com o risco de negar a própria possibilidade do Progresso – todos sequazes do capitalismo, todos representantes declarados ou envergonhados do colonialismo saqueador, todos respon-

sáveis, todos execráveis, todos negreiros, todos credores de agora em diante da agressividade revolucionária.

Varramos todos os obscurantistas, todos os inventores de subterfúgios, todos os charlatães mistificadores, todos os manipulares de algazarras. E não percamos tempo para saber se esses senhores estão pessoalmente de boa ou má-fé, se pessoalmente são bem ou mal-intencionados, se pessoalmente, isto é, na sua consciência íntima de Pedro ou Paulo, são colonialistas ou não, o essencial é que a sua muito aleatória boa-fé subjetiva não tem nenhuma relação com o alcance objetivo e social do trabalho sujo que executam, de cães de guarda do colonialismo.

E nesta ordem de ideias, cito, a título de exemplo (tomados intencionalmente em disciplinas muito diferentes):

- De Gourou, seu livro *Les Pays Tropicaux*, aonde, entre opiniões certas, se exprime, parcial, inaceitável, a tese fundamental de que nunca existiu uma grande civilização tropical, nunca existiu uma civilização grande a não ser em climas temperados, de que, em todo país tropical o gérmen da civilização chega e só pode vir de um lugar extratropical e que sobre os países tropicais pesa, na falta da maldição biológica dos racistas, pelo menos e pelas mesmas consequências, uma não menos eficaz maldição geográfica.

- Do padre Tempels, missionário e belga, a sua filosofia bantu lamacenta e pestilenta como de regra, mas des-

coberta muito oportunamente, como para outros o hinduismo, para exorcizar o “materialismo comunista”, que ameaça, ao que parece, converter os negros em “vagabundos morais”.

- Dos historiadores ou dos romancistas da civilização (é tudo o mesmo), não deste ou daquele, de todos ou quase, a sua falsa objetividade, o seu chauvinismo, o seu racismo sonso, a sua viciosa veemência na negação de todo o mérito às raças não brancas, particularmente às raças melânicas, a sua monomania para monopolizar toda a glória em proveito próprio.

- Os psicólogos, sociólogos, etc; as suas opiniões sobre o “primitivismo”, as suas investigações dirigidas, as suas generalizações interessadas, as suas especulações tendenciosas, a sua insistência sobre o carácter marginal dos não brancos, a sua renúncia pelas necessidades da causa no mesmo momento em que cada um destes senhores se reclama do racionalismo mais firme para acusar desde o alto a enfermidade do pensamento primitivo, o seu rechaço bárbaro da frase de Descartes, carta do universalismo: que a razão está completamente em cada um” e “que não há mais ou menos [razão] senão no acidental e nunca entre as formas ou naturezas dos indivíduos de uma mesma espécie”.

Porém, não vamos depressa demais. Vale a pena seguir os passos de alguns destes senhores.

Não me estenderei sobre o caso dos historiadores, nem dos historiadores da colonização, nem dos egíptó-

logos, pois é demasiado evidente o caso dos primeiros e, quanto aos segundos, o mecanismo da sua mistificação foi definitivamente desmontado por Cheikh Anta Diop, no seu livro *Nations Nègres et Culture* – o mais audacioso que um negro escreveu até hoje e que servirá, sem dúvida alguma, para o despertar da África*.

* Cheikh Anta Diop, *Nations Nègres et Culture*, Éditions Présence Africaine, 1955. Tendo Heródoto afirmado que os Egípcios não eram primitivamente mais do que uma colônia dos Etíopes; tendo Deodoro de Sicília repetido a mesma afirmação o agravado o seu caso retratando os Etíopes de modo a não poder haver confusões (*Plerique omnes* – para citar a tradução latina – *nigro sunt colore, facie sima, crispis capilis*, livro III, § 8), importava ao máximo rebatê-los. Admitindo-se isso, e quase todos os sábios ocidentais fixaram deliberadamente o objetivo de arrebatar o Egito à África, com o risco de nunca mais poderem explicá-lo, havia várias maneiras de o conseguir: o método Gustave Le Bon, afirmação brutal, impudente: “Os Egípcios são Camitas, isto é, brancos como os Lídios, os Gétulos, os Mouros, os Númidas, os Berberes”; o método Maspero, que consiste em relacionar, contra toda a verossimilhança, a língua egípcia com línguas semíticas, mais especialmente com o tipo hebreu-aramaico, de onde se tira a conclusão de que na origem os Egípcios só podiam ser Semitas; o método Weigall, geográfico, segundo o qual a civilização egípcia só podia ter nascido no Baixo Egito o que daí teria passado ao Alto Egito, subindo o rio... dado que não podia descê-lo (sic). Compreende-se que a razão secreta desta impossibilidade é que o Baixo Egito está próximo do Mediterrâneo, portanto das populações brancas, ao passo que o Alto Egito fica próximo do país dos negros. Sobre este assunto, e para opô-las à tese do Waigall, não dei-xa de ter interesse recordar as opiniões de Scheinfurth (*Au Coeur do l'Afrique*, t. 1) sobre a origem da flora e da fauna do Egito, que situa “a centenas de milhas a montante do rio”.

Voltemos antes mais atrás, ao senhor Gourou, precisamente.

Será necessário dizer que é com grande soberba que o eminente sábio mede as populações indígenas, as quais “não tiveram a mínima participação” no desenvolvimento da ciência moderna? E que não é do esforço destas populações, da sua luta libertadora, do seu combate concreto pela vida, pela liberdade e a cultura, que ele espera a salvação dos países tropicais, mas do bom colonizador; dado que a lei é formal, a saber: que “são os elementos culturais preparados nas regiões extratropicais que asseguram e assegurarão o progresso das regiões tropicais para uma população mais numerosa e uma civilização superior”.

Disse que havia ideias certas no livro do senhor Gourou: “O meio tropical e as sociedades indígenas – escreve ele, fazendo o balanço da colonização – sofreram pela introdução de técnicas mal adaptadas, pelos tributos obrigatórios, pelas cargas pesadas, pelo trabalho forçado, pela escravidão, pelo traslado dos trabalhadores de uma região para outra, mudanças súbitas do meio biológico, condições especiais novas e menos favoráveis”.

Que pérola! A cara do reitor! A cara do ministro quando ler isto! O nosso Gourou rompeu as amarras; não pode esperar, vai dizer tudo, começa: “Os países quentes típicos encontram-se diante do seguinte dilema: a estagnação econômica e salvaguarda dos indígenas ou o desenvolvimento econômico provisório e regressão para

os indígenas”. E logo dirão: “Senhor Gourou, isto é muito grave! Advirto-o solenemente que com este jogo é a sua carreira que fica em questão”. Então, nosso Gourou prefere temporizar, omitir e precisar que, se o dilema existe, só existe no quadro do regime vigente; que se essa antinomia constitui uma lei de ferro, não é mais do que a lei de ferro do capitalismo colonialista, logo de uma sociedade não só perecível, como já em vias de perecer.

Geografia impura e tão secular! Se há algo melhor, é o do padre Tempels. Que se saquei, que se torture no Congo, que o colonizador belga se apodere de toda a riqueza, que mate toda a liberdade, que oprima todo o orgulho – que vá em paz, o padre Tempels que consente tudo isso. Porém, cuidado! Os senhores vão ao Congo? Então, respeite, não a propriedade indígena (as grandes companhias belgas poderiam tomar isso como pedra atirada em seu telhado), não digo a liberdade dos indígenas (os colonos belgas poderiam ver nisso propósitos subversivos), não digo a pátria congoleza (arriscando-se a que o governo belga encare muito mal a coisa), digo: os senhores que vão ao Congo, respeitem a filosofia bantu!

“Seria verdadeiramente inusitado – escreve o padre Tempels – que o educador branco se obstinasse a matar no homem negro o seu espírito humano próprio, essa realidade única que nos impede de o considerar um ser inferior! Seria um crime de lesa-humanidade, da parte do colonizador, emancipar as raças primitivas do que é va-

loroso, do que constitui um núcleo de verdade no seu pensamento tradicional, etc.”

Que generosidade, meu Padre! E que zelo! Agora bem, sabemos que o pensamento bantu é essencialmente ontológico: que a ontologia bantu se assenta sobre as noções verdadeiramente essenciais de força vital e de hierarquia de forças vitais; que, enfim, para o Bantu, a ordem ontológica que define o Mundo vem de Deus* e, decreto divino, deve ser respeitada...

Admirável! Todo mundo ganha com isso: grandes companhias, colonos, governo, exceto o Bantu, naturalmente.

Sendo o pensamento dos Bantus ontológico, os Bantus só pedem satisfações de ordem ontológica. Salários decentes! Habitações confortáveis! Alimentação! Estes Bantus são puros espíritos, então digo: “O que eles desejam antes e acima de tudo, não é a melhoria da sua situação econômica ou material, mas sim o reconhecimento do branco e o seu respeito pela sua dignidade de homem, pelo seu pleno valor humano.”

Em suma, tiramos o chapéu à força vital bantu, um aceno à alma imortal bantu. E estamos quites! É preciso confessar que é um bom preço!

Quanto ao governo, do que se queixaria? Porque – nota o padre Tempels, com evidente satisfação – os Ban-

* É claro que aqui criticamos não a filosofia bantu, mas a utilização que certas pessoas tentam fazer dela, para fins políticos.

tus nos consideram, a nós, os brancos, e isto desde o primeiro contato, do seu ponto de vista possível, o da sua filosofia bantu” e “*nos integraram, na sua hierarquia dos seres-forças, numa escala bastante elevada*”.

Por outras palavras, conseguiu-se que o topo da hierarquia das forças vitais bantus tome lugar o branco, e o Belga singularmente, e, mais singularmente ainda, Alberto ou Leopoldo, e a manobra está completa. Obteremos esta maravilha: *o Deus bantu será a garantia da ordem colonialista belga e todo o Bantu que ousar confrontá-la será um sacrílego*.

No que diz respeito ao senhor Mannoni, as suas considerações sobre a alma malgaxe e o seu livro merecem que que prestemos atenção.

Sigamos o passo a passo nas voltas e reviravoltas de seus joguinhos de ilusões, e ele demonstrará, de forma clara, que a colonização se funda na psicologia; que pelo mundo existem grupos de homens atacados, não se sabe como, de um complexo que é mesmo preciso designar por complexo de dependência, que esses grupos são psicologicamente formados para serem dependentes; que têm a necessidade da dependência, que a postulam, que a reclamam, que a exigem; que este é o caso da maior parte dos povos colonizados, e dos Malgaxes, em particular.

Maldito racismo! Maldito colonialismo! Cheira a bárbaro demais. O senhor Mannoni tem algo melhor: a psicanálise. Ornamentada de existencialismo, os resultados

são surpreendentes: reparam e apresentam como novos os lugares-comuns mais desgastados; explicam e legitimam os mais absurdos preconceitos; e, magicamente, a nuvem transforma-se em Juno.

É melhor escutá-lo:

“O destino do Ocidental se encontra com a obrigação de obedecer ao mandamento: *Deixarás pai e mãe*. Esta obrigação é incompreensível para o Malgaxe. Todo o Europeu descobre em si, em um momento do seu desenvolvimento, o desejo (...) de romper os seus laços de dependência, de se igualar ao pai. O Malgaxe, nunca! Ele ignora a rivalidade com a autoridade paterna, o “protesto viril”, a inferioridade *adleriana*, provas pelas quais o Europeu deve passar e que são tidas como formas civilizadas (...) dos ritos de iniciação através dos quais se atinge a virilidade (...)”.

Que as subtilezas do vocabulário, as novidades terminológicas não os assustem! Vocês conhecem o estribilho: “os pretos são crianças grandes”. Pegam nele, o vestem, o enredam. O resultado é um Mannoni. Pode parecer um pouco difícil, o início, mas ao fim, creiam, encontrarão toda sua bagagem intacta. Nada faltará, nem mesmo o célebre fardo do homem branco. Portanto, escutem:

“Através dessas provas (reservadas ao Ocidental [A.C.]), se supera o medo infantil do abandono e se adquire liberdade e autonomia, bens supremos e também fardos do Ocidental.”

E o Malgaxe? Perguntarão. Raça servil e mentirosa, diria Kipling. O senhor Mannoni diagnostica: “O Malgaxe não tenta sequer imaginar semelhante situação de abandono (...) Não deseja autonomia pessoal nem livre responsabilidade”. (Vejam, vocês sabem bem. Estes pretos não imaginam sequer o que é a liberdade. Não a desejam, não a reivindicam. São os instigadores brancos que lhes metem isso na cabeça. E se lhe dessem, não saberiam o que fazer dela).

Se o senhor Mannoni de desse conta que os Malgaxes se revoltaram por várias vezes desde a ocupação francesa e ultimamente, ainda, em 1947, o senhor Mannoni, fiel às suas premissas, explicará que se trata de um comportamento puramente neurótico, de uma loucura coletiva, de um comportamento de “amok”; que na circunstância, aliás, não se tratava, para os Malgaxes, de partir à conquista de bens reais, mas antes de uma “segurança imaginária”, o que implica, evidentemente, que a opressão de que se queixam é uma opressão imaginária. Tão nitidamente, tão demencialmente imaginária, que podemos falar de ingratidão monstruosa, segundo o tipo clássico do Fidjiano que queima o varal do capitão que lhe curou os ferimentos.

Àquele que faz a crítica do colonialismo de levar ao desespero as populações mais pacíficas, o senhor Mannoni explicará que, no fim de contas, o responsável *não é o branco colonialista*, mas sim as Malgaxes colonizados.

Que diabos! Eles tomavam os brancos por deuses e esperavam deles tudo o que se espera de uma divindade!

Àquele que considera que o tratamento aplicado à neurose malgaxe foi um tanto rude, o senhor Mannoni, que tem resposta para tudo, provará que as famosas brutalidades de que se fala foram muito largamente exageradas, que estamos diante de plena ficção neurótica, que as torturas eram torturas imaginárias praticadas por “algozes imaginários”. Quanto ao governo francês, teria dado mostras de singular moderação, pois se contentou em prender os deputados malgaxes, quando os deveria sacrificar, se quisesse respeitar as leis de uma sadia psicologia.

Não é exagero meu. É o senhor Mannoni quem fala: “Seguindo caminhos bastante clássicos, estes Malgaxes transformavam os seus santos em mártires, os seus salvadores em bodes expiatórios; queriam lavar os seus pecados imaginários no sangue dos seus próprios deuses. Estavam prontos, mesmo a tal preço, ou melhor, só a esse preço, ao invés de mudar mais uma vez a sua atitude. Um aspecto desta psicologia dependente seria a conveniência, pois, ninguém pode ter dois amos, sem sacrificar um deles. O setor mais perturbado dos colonialistas de Antananarivo compreendia confusamente o essencial desta psicologia do sacrifício e reclamava as suas vítimas. Assediavam o Alto-comissário, assegurando que, se lhes concedessem o sangue de alguns inocentes, ‘toda a gente ficaria satisfeita’. Esta atitude, humana-

mente desonrosa, fundava-se numa percepção, grosso modo bastante certa, das perturbações emocionais que a população dos altos planaltos atravessava.”

Daí para absorver os colonialistas sedentos de sangue, é apenas um passo. A “psicologia” do senhor Mannoni é tão “desinteressada”, tão “livre”, como a geografia do senhor Gourou ou a teologia missionária do padre Tempels!

E aqui está a impressionante unidade de tudo isto, a perseverante tentativa burguesa para reduzir os problemas mais humanos a noções confortáveis e ocas: a ideia do complexo de dependência em Mannoni, a ideia ontológica do padre Tempels, a ideia de tropicalismos em Gourou. O que acontece ao Banco de Indochina no meio disto? E ao Banco de Madagáscar? E ao chicote? E ao imposto? E ao punhado de arroz para o Malgaxe ou para o “nhaqué”? E a esses mártires? E a esses inocentes assassinados? E a esse dinheiro ensanguentado que se amassa nos vossos cofres, meus senhores? Volatilizados! Desaparecidos, confundidos, irreconhecíveis no reino dos pálidos raciocínios.

Mas há uma infelicidade para estes cavalheiros. O entendimento burguês é cada vez mais reticente à sutileza e os seus donos estão condenados a voltar-lhes cada vez mais as costas para aplaudir cada vez mais outros menos sutis e mais brutais. É isso, muito precisamente, que abre uma oportunidade ao senhor Yves Florenne. De fato, na tribuna do jornal *Le Monde*, sabiamente arrumadas, as

suas pequenas ofertas de serviço. Nenhuma surpresa possível. Tudo garantido, eficácia comprovada, todas as experiências realizadas e conclusivas, de um racismo que se trata, de um racismo francês ainda débil, é certo, mas promissor. Escutem melhor:

“Nossa leitora... (uma professora que teve a audácia de contradizer o irascível senhor Florenne) experimenta, ao contemplar duas jovens mestiças, suas alunas, a emoção do orgulho que lhe produz o sentimento de uma integração crescente na nossa família francesa... A sua emoção seria a mesma se visse a França, inversamente, integrar-se na família negra (ou amarela ou vermelha, pouco importa), isto é, diluir-se, desaparecer?”

É claro, para o senhor Yves Florenne, é o sangue que faz a França e as bases da nação são biológicas: “O seu povo, o seu caráter, são feitos de um equilíbrio, simultaneamente milenar, vigoroso e delicado por sua vez, e (...) certas rupturas inquietantes desse equilíbrio coincidem com a infusão massiva e, muitas vezes, arriscada, de sangue estrangeiro que ela vem sofrer faz uns trinta anos.”

Em suma, a mestiçagem, eis o inimigo. Não mais a crise social! Não mais a crise econômica! Apenas as crises raciais! É claro, o humanismo não perde os seus direitos (estamos no Ocidente), porém, nos entendamos:

“Não é perdendo-se no universo humano com o seu sangue e o seu espírito que a França será universal, é permanecendo ela mesma.”

Eis onde chegou a burguesia francesa, cinco anos após a derrota de Hitler! E é aqui precisamente que reside o seu castigo histórico: ser condenada a ruminar, como por vício, o vômito de Hitler.

Porque, afinal, o senhor Yves Florenne esmerava-se ainda à volta de romances campesinos, de “dramas da terra”, de histórias de mal olhado, quando Hitler, com seu olho perverso como de um herói agreste e malévol”, anunciava:

“O fim supremo do Estado-Povo é conservar os elementos originais da raça que, propagando a cultura, criam a beleza e a dignidade de uma humanidade superior.”

Esta afirmação, o senhor Yves Florenne conhece.

E está longe de ficar incomodado.

Muito bem. Está no seu direito.

Como nós estamos em nosso direito de nos indignar.

Porque, afinal, é preciso tomarmos partido e dizermos de uma vez por todas que a burguesia está condenada, cada dia que passa, a ser mais intratável, mais abertamente feroz, mais despuorada, mais sumariamente bárbara; que uma lei implacável estabelece que toda a classe decadente se vê transformada em receptáculo onde afluem todas as águas sujas da História; que é uma lei universal que toda a classe, antes de desaparecer, deve previamente desonrar-se completamente, unilateralmente, e que é com a cabeça enterrada no esterco que as sociedades moribundas entoam o seu canto do cisne.

PARTE 5

Na verdade, o processo é esmagador.

Um animal feroz que, pelo elementar exercício da sua vitalidade, espalha o sangue e semeia a morte, recordemos que, historicamente, foi sob esta forma de arquétipo feroz que se manifestou, à consciência e no espírito dos melhores, a revelação da sociedade capitalista.

Desde então, o animal se debilitou; o pelo caiu, o couro perdeu o brilho, mas a ferocidade permaneceu justamente mesclada com o sadismo. Hitler tem as costas largas. Rosenberg tem as costas largas. Também costas largas têm Junger e os outros. Os SS têm costas largas.

Porém, isto:

“Tudo neste mundo transpira crime: o jornal, a murelha e o rosto do homem.”

É Baudelaire, e Hitler não havia nascido!

Prova de que o mal vem de mais longe.

E Isidore Ducasse, conde de Lautréamont!

Sobre este assunto, já é tempo de dissipar a atmosfera de escândalo que foi criada em torno dos *Cantos de Maldoror*.

Monstruosidade? Aerólito literário? Delírio de uma imaginação doente? É cômodo fazer assim.

A verdade é que bastou a Lautréamont contemplar, olhos nos olhos, o homem de ferro forjado pela socieda-

de capitalista, para apreender o monstro, o monstro cotidiano, seu herói.

Ninguém nega a veracidade de Balzac.

Mas, atenção: olhem para Vautrin, no regresso dos países quentes, com as asas do arcanjo e os arrepios do paludismo, acompanhem pelas ruas parisienses com uma escolta de vampiros uruguaiois e espantosas formigas, e teremos Maldoror.

Diferente cenário, mas se trata do mesmo mundo, se trata do mesmo homem, duro, inflexível, sem escrúpulos, amante, como ninguém, “da came dos outros”.

Para abrir aqui um parêntesis nos meus parêntesis, penso que virá o dia em que, com todos os elementos reunidos, todas as fontes verificadas, todas as circunstâncias da obra elucidadas, será possível dar aos *Cantos de Maldoror* uma interpretação materialista e histórica que fará ressaltar desta epopeia frenética um aspecto por demais menosprezado – o da implacável denúncia de uma forma muito precisa de sociedade que não podia escapar ao olhar mais agudo por volta de 1865.

É necessário antes, sendo claro, limpar o caminho dos comentários ocultistas e metafísicos que o encobrem; devolver a sua importância a certas estrofes negligenciadas -aquela, por exemplo, estranha entre as demais, da mina de piolhos, na qual só aceitaremos ver, nem mais nem menos, que a denúncia do poder maléfico do ouro e da acumulação de riquezas; restituir o verdadeiro lugar ao admirável episódio do “omnibus” e consentir em en-

contrar muito basicamente o que está ali, a pintura quase nada alegórica de uma sociedade onde os privilégios, confortavelmente instalados, se recusam a ajustar-se para dar lugar ao recém-chegado, e diga-se de passagem – quem recolhe a criança duramente rejeitada? O povo! Representado aqui pelo recolhedor de lixo. O catador de lixo de Baudelaire:

E sem cuidar dos denunciantes, seus vassalos.

Expande o coração inteiro em glorioso projeto.

Presta juramentos, dita leis sublimes,

Fulmine os maus, levante as vítimas.

Então, na verdade, se compreenderá que o inimigo de quem Loutréamont fez inimigo, o “criador” antropófago e estupidificante, o sádico “empoleirado num trono de excrementos humanos e ouro”, o hipócrita, o debochado, o mandrião que come o pão dos outros e que volta e meia encontramos, morto de bêbado “como um percevejo que durante a noite mascou três tonéis de sangue, se compreenderá que não é para além das nuvens que se deve ir procurar essa criatura, pois rapidamente a encontraremos no anuário Desfossés e em um qualquer confortável conselho de administração!

Mas deixemos isso.

Os moralistas não podem remediá-lo.

A burguesia, como classe, está condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda a barbárie da História, as torturas da Idade Média e a Inquisição, a razão de Estado e o belicismo, o racismo e o escravagis-

mo, em suma, tudo contra o que protestou em termos célebres, no tempo em que, como classe em luta, encarnava o progresso humano.

Os moralistas não podem remediar isso. Há uma lei de desumanização progressiva em virtude da qual logo não haverá, não pode haver agora, senão a violência, a corrupção e a barbárie na ordem do dia da burguesia.

Iria esquecer o ódio, a mentira, a presunção.

Iria esquecer o senhor Roger Caillois*.

Pois bem, o senhor Caillois, investido para toda a eternidade da missão de ensinar a um século frouxo e desalinhado o rigor do pensamento e a preservação do estilo, o senhor Caillois, dizíamos, acaba de sentir uma grande cólera.

O motivo?

A grande traição da etnografia ocidental que, há algum tempo, com uma deterioração deplorável do sentido das suas responsabilidades, se engenha a pôr em dúvida a superioridade unilateral da civilização ocidental sobre as civilizações exóticas.

De repente, o senhor Caillais entra em campanha.

A Europa tem a virtude de suscitar destes heroísmos resgatadores no momento mais crítico.

É imperdoável não recordar o senhor Massis que, por volta de 1927, partiu em cruzada pela defesa do Ocidente. Queremos nos assegurar que melhor sorte será re-

* Roger Caillois: "Illusions à Rebours". *La Nouvelle Revue Française*, dezembro e janeiro de 1955.

servada ao senhor Caillois que, para defender a mesma causa sagrada, transforma a sua pena em uma boa adaga de Toledo.

O que dizia o senhor Massis? Ele deplorava que “o destino da civilização do Ocidente, o destino do homem, numa palavra” estivesse hoje ameaçado; que de todos os lados se empenhassem “em invocar as nossas angústias, em contestar os títulos da nossa cultura, em colocar em questão o essencial de nossa existência”, e o senhor Massis jurava fazer guerra contra esses “desastrosos profetas”.

O senhor Caillois não identifica de outra maneira o inimigo. São os “intelectuais europeus” que, “por uma decepção e um rancor excepcionalmente agudos”, se encarniçam, há uns cinquenta anos, “em renegar os diversos ideais da sua cultura” e que, por isso, sustentam, “particularmente na Europa, um persistente mal-estar”.

É a esse mal-estar, a essa inquietude, que o senhor Caillois pretende pôr fim*.

* É significativo que no próprio momento em que o senhor Caillois empreendia a sua cruzada, uma revista colonialista belga, de inspiração governamental (*Europe-Afrique*, nº 6, janeiro de 1955), agredia a etnografia de forma absolutamente idêntica: “Antigamente, o colonizador concebia fundamentalmente as suas relações com o colonizado como as de um homem civilizado com um homem selvagem. A colonização repousava, assim, numa hierarquia grosseira, certamente, mas vigorosa e clara.”

É a destruição desta relação hierárquica que o autor do artigo, um tal senhor Piron, censura à etnografia. Como o senhor Caillois, ataca-se Michel Leiris e Levi-Strauss. Recrimina ao primeiro o ter escrito, na sua brochura *La Question Raciale de-*

Com efeito, nunca, desde o Inglês da época vitoriana, nenhuma outra personagem passeou pela História uma boa consciência mais serena e menos enevoada de dúvidas.

Sua doutrina? Tem o mérito de ser simples.

Que o Ocidente inventou a ciência. Que só o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o protótipo acabado do falso pensamento.

Aqui, temos um sobressalto. Objetamos ao senhor Caillois que a famosa lei de participação inventada por Lévy-Bruhl foi renegada pelo próprio Lévy-Bruhl; que no crepúsculo da sua vida proclamou à face do Mundo o seu

vant la Science Moderne: “É pueril pretender hierarquizar a cultura”. Ao segundo, combate o “falso evolucionismo”, quando ele “tenta suprimir a diversidade das culturas, considerando-as estádios de um desenvolvimento único que, partindo de um mesmo ponto, deve fazê-las convergir para o mesmo fim. Particular realce é reservado a Mircea Eliade, por ter ousado escrever a seguinte frase: “Diante de si, o Europeu agora já não tem indígenas, mas interlocutores. É bom que se saiba como iniciar o diálogo; é indispensável reconhecer que já não existe solução de continuidade entre o “mundo primitivo” ou “atrasado” e o Ocidente moderno.”

Finalmente, para terminar, é um excesso de igualitarismo que se reprova ao pensamento americano – tendo Otto Klineberg, professor de psicologia da Universidade de Columbia, afirmado: “É um erro capital considerar as outras culturas inferiores à nossa, só porque são diferentes.” Decididamente, o senhor Callois está bem acompanhado.

erro “ao querer definir um caráter próprio da mentalidade primitiva enquanto lógica”; que havia, pelo contrário, adquirido a convicção de que “essas mentes não diferem da nossa no aspecto lógico (...), portanto, não admitem, tanto como nós, uma contradição formal (...), por conseguinte, rejeitam, como nós, por uma espécie de reflexo mental, o que é logicamente impossível.”*

Esforço desperdiçado! O senhor Caillols considera a retificação nula e sem efeito. Para o senhor Caillols, o verdadeiro Lévy-Bruhl só pode ser o Lévy-Bruhl no qual o primitivo faça extravagâncias.

Ficam, naturalmente, alguns pequenos fatos que resistem. A saber, a invenção da aritmética e de geometria pelos Egípcios. A saber, a descoberta da astronomia pelos Assírios. A saber, o nascimento da química entre os Árabes. A saber, a aparição do racionalismo no seio do Islã, numa época em que o pensamento ocidental tinha uma feição furiosamente pré-lógica. Porém, o senhor Caillols apressou-se a enxotar estes pormenores imperinentes, sendo formal o princípio de “que uma descoberta que não faz parte de um conjunto” não passa, precisamente, de um pormenor, isto é, de um nada negligenciável.

Não nos enganamos se pensarmos que, assim começado, o senhor Caillols não vai parar em tão belo caminho. Depois de vincular a ciência, vai reivindicar a moral.

* *Les Carnets de Lucien Lévy-Bruhl*, Presses Universitaires de France, 1949.

Levem em conta! O senhor Caillois nunca devorou ninguém! O senhor Caillois nunca pensou matar um inválido! Ao senhor Caillois nunca teve a ideia de abreviar a vida dos seus velhos pais! Veja bem, essa é a superioridade do Ocidente: “Esta disciplina de vida que se esforça por conseguir que a pessoa humana seja suficientemente respeitada para que não se ache normal suprimir os velhos e os inválidos.”

A conclusão se impõe: face aos antropófagos, aos esartejadores e outros *comprachicos*, a Europa, o Ocidente, encarnam o respeito pela dignidade humana.

No entanto, deixemos esta bobagem de lado e insistamos, para que nosso pensamento não se extravie para a Argélia, Marrocos e outros lugares onde, justamente na hora em que escrevo, tantos valorosos filhos do Ocidente dilapidam, na claro-escuro das masmorras, aos seus irmãos inferiores de África, com tanto desvelo e solicitude, essas autênticas marcas de respeito pela dignidade humana que se chamam, em termos técnicos, “a banheira”, “o choque elétrico”, “o gargalo de garrafa”.

Insistamos: o senhor Caillois não chegou ainda ao fim de sua história. Depois da superioridade científica e da superioridade moral, a superioridade religiosa.

Aqui, o senhor Caillois não se deixa ofuscar pelo vão prestígio do Oriente. A Ásia talvez seja a mãe dos deuses. Em todo o caso, a Europa, senhora dos rituais. E vejam a maravilha: de um lado, fora da Europa, cerimônias tipo vodu, com tudo o que comportam de máscaras burles-

cas, frenesi coletivo, alcoolismo desalinhado, exploração grosseira de um ingênuo fervor, e do outro – do lado da Europa –, esses valores autênticos que Chateaubriand já celebrava no *Génie du Christianisme*: “os dogmas e os mistérios da religião católica, a sua liturgia, o simbolismo dos seus escultores e a glória do cantochão”.

Enfim, derradeiro motivo de satisfação.

Gobineau dizia: “Só há história branca”. O senhor Caillois, por sua vez, constata: “Só há etnografia branca”. É o Ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do Ocidente.

Intenso motivo de júbilo, não é verdade?

E por nenhum minuto passa pela cabeça do senhor Caillois que teria valido mais, olhando bem, não ter havido a necessidade de abrir os museus de que se envai-dece; que a Europa teria feito melhor se tolerasse ao seu lado, bem vivas, dinâmicas e prósperas, inteiras e não mutiladas, as civilizações extra-europeias; que mais teria valido deixá-las desenvolverem-se a realizarem-se, em vez de nos dar para admirar, devidamente etiquetados, os seus membros dispersos, os seus membros mortos; que, de resto, o museu, por si, não diz nada; não significa nada, nada pode significar, ali onde a autossatisfação beatífica e apodrece os olhos, onde o secreto desprezo pelos outros resseca os corações, onde, confesso ou não, o racismo estanca a simpatia; que nada significa se só se destina a prover às delícias do amor próprio; que afinal o honesto contemporâneo de São Luís, combaten-

do, mas respeitando o Islã, tinha mais hipóteses de o conhecer que os nossos contemporâneos, mesmo untados de literatura etnográfica, que o desprezam.

Não, jamais na balança do conhecimento o peso de todos os museus do Mundo pesará tanto como uma centelha de simpatia humana.

A conclusão de tudo isto?

Sejamos justos; o senhor Caillois é moderado.

Tendo estabelecido a superioridade do Ocidente em todos os domínios; tendo, assim, restabelecido uma sã e preciosa hierarquia, o senhor Callois oferece uma prova imediata dessa superioridade ao concluir pelo não extermínio de quem quer que seja. Com ele os Negros ficam com a certeza de não serem linchados, os Judeus de não alimentarem novas fogueiras. Somente, cuidado; importa que fique bem entendido que esta tolerância deve os Negros, Judeus, Australianos, à magnanimidade do senhor Caillois, não aos seus méritos respectivos, não a um designo da ciência, que só poderia fornecer verdades efêmeras, mas a um decreto da consciência do senhor Caillois, a qual só pode ser absoluta; que nada condiciona, nada garante esta tolerância senão o que o senhor Caillois deve a si próprio.

Talvez a ciência ordene um dia que se desembarace a estrada da humanidade de todos estes pesos pesados, estes empecilhos que as culturas atrasadas e os povos atardados constituem, mas estejamos tranquilos porque no momento fatal a consciência do senhor Callois – que

de boa consciência logo se metamorfoseia em bela consciência – deterá o braço assassino e pronunciará a *Salvus sis*.

O que nos vale esta nota suculenta:

“Para mim, a questão da igualdade das raças, dos povos ou das culturas, só tem sentido se se trata de uma igualdade de direitos e não de uma igualdade de fato. Da mesma maneira, um cego, um mutilado, um idiota, um ignorante, um pobre (não se poderia ser mais gentil para os não ocidentais), não são respectivamente iguais, na acepção material da palavra, a um homem forte, clarividente, completo, saudável, inteligente, culto ou rico. Estes têm maiores capacidades que, ademais, não lhes conferem mais direitos, apenas mais deveres... Da mesma forma, seja por causas biológicas ou históricas, existem, atualmente, diferenças de nível, de potência e de valor entre as diferentes culturas. Delas decorre uma desigualdade de fato. Não justificam, de modo algum, uma desigualdade de direitos a favor dos povos ditos superiores, como o desejaria o racismo. Antes lhes conferem encargos suplementares e uma responsabilidade acrescida”.

Responsabilidade acrescida? Qual, então, senão a de dirigir o Mundo? Encargo acrescido? Pois qual, senão o encargo do Mundo?

E Callois-Atlas vai se fincar filantropicamente na poeira e carregar nos seus ombros robustos o inevitável fardo do homem branco.

Vocês me desculparão por ter falado tão longamente do senhor Caillois. Não que eu superestime em qualquer grau o valor intrínseco da sua “filosofia” (podem julgar a seriedade de um pensamento que, reivindicando-se de espírito rigoroso, se sacrifica com tamanha complacência aos preconceitos e gagueja com tal volúpia no lugar-comum), mas ela merecia ser assinalada, porque é significativa.

Do que se trata?

De que nunca o Ocidente, no próprio momento em que mais se deleita com esta palavra, esteve tão longe de poder assumir as exigências de um humanismo verdadeiro, de poder viver o humanismo verdadeiro – o humanismo na medida do Mundo.

PARTE 6

Dos valores inventados outrora pela burguesia e que ela lançou através do Mundo, um é o do homem e do humanismo – e já vimos no que se converteu – o outro é o da nação.

É um fato: a *nação* é um fenómeno burguês...

Mas justamente, se desvio os olhos do *homem* para contemplar as nações, constato que também aqui o perigo é grande; que a empresa colonial é, para o mundo moderno, o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: preparador do *Desastre* e precursor da *Catástrofe*. Mas então? Os indígenas massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante todo um século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos: todo este esfrangalhamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo e acredita que isto não se paga? A verdade é que *a perda da própria Europa está inscrita* nesta política e que a Europa, se não se acautela, perecerá do vazio que criou à sua volta.

Acreditou-se abater apenas os Índios, ou os Hindus, ou os Oceânicos ou os Africanos. Na realidade abateram-se, umas após outras, as muralhas aquém das quais a civilização europeia podia desenvolver-se livremente.

Sei tudo o que há de falacioso nos paralelos históricos, nomeadamente no que vou esboçar. Não obstante, permita-me transcrever aqui uma página de Quinet pela parte não negligenciável de verdade que encerra e que merece ser meditada.

Eis aqui:

“Nos perguntamos por que a barbárie desembocou de repente na civilização antiga. Creio poder responder. É espantoso que uma causa tão simples não salte aos olhos de todos. O sistema da civilização antiga compunha-se de um certo número de nacionalidades, de pátrias que, embora parecessem inimigas ou mesmo se ignorassem, se protegiam, se apoiavam, se guardavam umas às outras. Quando o Império Romano, expandindo-se, empreendeu a conquista e a destruição desses corpos de nações, os sofistas deslumbrados julgaram discernir, no fim desse caminho, a humanidade triunfante em Roma. Falou-se da unidade do espírito humano: não passou de um sonho. Acontecia que essas nacionalidades eram outras tantas avenidas que protegiam a própria Roma (...) Então, quando Roma, nessa pretensa marcha triunfal para a civilização única, destruiu, sucessivamente, Cartago, o Egito, a Grécia, a Judeia, a Pérsia, a Dácia, os Gauleses, aconteceu que tinha devorado ela própria os diques que a protegiam do oceano humano que a iria submergir. Ao esmagar os Gauleses, o magnânimo César não fez mais do que abrir o caminho aos Germanos. Tantas sociedades, tantas línguas extintas, cidades, direitos, lares ani-

quilados, fizeram o vácuo à volta de Roma e, aonde os bárbaros não chegavam, a barbárie nascia espontaneamente. Os Gauleses destruídos transformaram-se em Bagaudas. Assim, a queda violenta, a extirpação progressiva das fortalezas particulares causou o desmoronamento da civilização antiga. Este edifício social era sustentado pelas nacionalidades como se fossem outras tantas colunas diferentes de mármore ou de pórfiro.

Quando foram destruídas, entre os aplausos dos sábios do templo, cada uma dessas colunas vivas, o edifício tombou por terra e os sábios dos nossos dias buscam ainda como foram possíveis em um momento tamanhas ruínas!”

Então, pergunto: o que fez a Europa burguesa senão isso? Ceifou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou “a raiz da diversidade”. Já não há diques. Já não há avenidas. Chegou a hora do Bárbaro. Do Bárbaro moderno. A hora americana. Violência, desmesura, esbanjamento, mercantilismo, exagero, gregarismo, a imbecilidade, a vulgaridade, a desordem.

Em 1913, Page escrevia a Wilson:

“O futuro do Mundo é nosso. O que faremos quando, dentro em pouco, a dominação do Mundo cair em nossas mãos?”

E em 1914, lhe dizia: “O que faremos nós desta Inglaterra e deste Império, brevemente, quando as forças econômicas tiverem posto entre as nossas mãos a direção da raça?”

Este Império... e os outros...

E, de fato, não veem com que ostentação esses senhores acabam de desfraldar o estandarte do anticolonialismo?

“Ajuda aos países deserdados”, diz Truman. “A época do velho colonialismo passou”. Diz, ainda, Truman.

Entenda-se que as grandes finanças estadunidenses julgam chegada a hora de saquear todas as colônias do Mundo. Portanto, caros amigos do lado de cá, cuidado!

Sei que muitos entre vocês, enojados da Europa, da grande asquerosidade de que foram testemunhas involuntárias, se voltam – sei que em pequeno número – para a América, e se habituam a ver nela uma possível libertadora.

“Que bênção!” – pensam eles.

Os tratores! Os investimentos massivos de capitais!
As estradas! Os portos!

— Mas, e o racismo americano!

— Ora! O racismo europeu nas colônias nos tornou aguerridos!”

E estamos prontos a correr o grande risco “yankee”.
Então, mais uma vez, cuidado!

A americana, a única dominação de que se não escapa.

Quero dizer, de que se não escapa completamente ileso. Como falam de fábricas e de indústrias, não veem, histórica, em pleno coração das nossas florestas e dos nossos matos, cuspiendo os seus resíduos, a formidável fábrica, porém servil, a prodigiosa mecanização, mas do homem, o gigantesco estupro do que a nossa humanidade de espoliados soube ainda preservar de íntimo, de

intacto, de imaculado, a máquina, nunca vista, a máquina, mas de esmagar, de triturar, de embrutecer os povos?

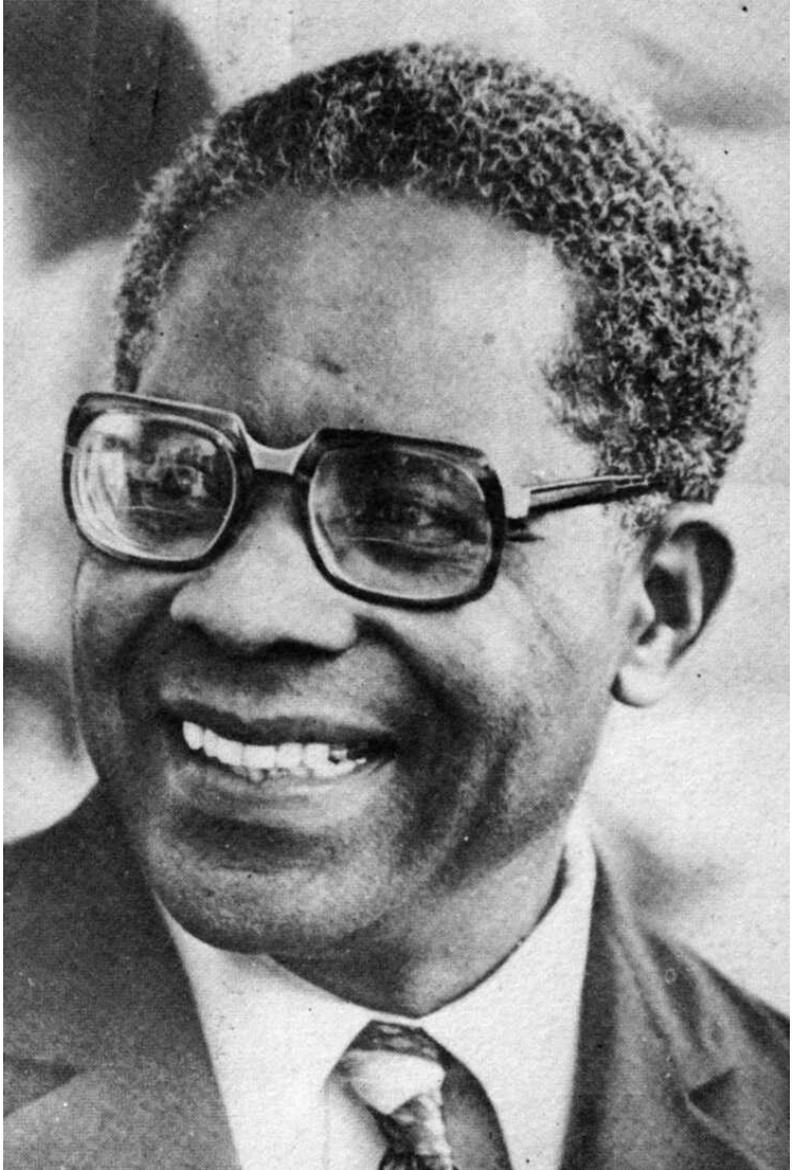
De tal modo que o perigo é imenso...

De maneira que, se a Europa Ocidental não assumir ela mesma, na África, na Oceania, em Madagascar, isto é, às portas da África do Sul, nas Antilhas, isto é, às portas da América, a iniciativa de uma política de *nacionalidades*, a iniciativa de uma nova política baseada no respeito pelos povos e pelas culturas; garanto: se a Europa não galvanizar culturas moribundas ou produzir novas culturas; se ela não despertar pátrias e civilizações (isso sem deixar de levar em conta a admirável resistência dos povos coloniais, que agora está brilhantemente simbolizada pelo Vietnã, mas também pela África da RDA), a Europa terá perdido sua última chance e, com as próprias mãos, puxará sobre si mesma a mortalha das trevas. O que, claramente, quer dizer que a salvação da Europa não tem a ver com uma revolução nos métodos; tem a ver com a Revolução; aquela que, à espera da sociedade sem classes, substituirá a estreita tirania de uma burguesia desumanizada pela preponderância da única classe que tem ainda missão universal, porque na sua carne sofre de todos os males da História, de todos os males universais: o proletariado.

BIBLIOGRAFIA DE AIMÉ CÉSARIE

- *Cahier d'un retour au pays natal* [Diário de um regresso ao país natal], Paris, 1939. [poesia]
- *Les Armes miraculeuses* [As Armas milagrosas], Paris, 1946. [poesia]
- *Soleil cou coupé* [Sol decapitado], Paris, 1948. [poesia]
- *Corps perdu* [Corpo perdido, com ilustrações de Pablo Picasso], Paris, 1949. [poesia]
- *Discours sur le colonialisme* [Discurso sobre o colonialismo], Paris, 1950 (reeditado em 1955). [ensaio]
- *Et les chiens se taisaient* [E os cães se calaram], Paris, 1958. [teatro]
- *Ferrements* [Ferramentas], Paris, 1960. [poesia]
- *Cadastre* [Cadastro], Paris, 1961. [poesia]
- *Toussaint Louverture, La révolution Française et le problème colonial* [Toussaint Louverture. A revolução francesa e o problema colonial], Paris, 1962. [ensaio]

- *La Tragédie du roi Christophe* [A tragédia do Rei Christophe], Paris, 1963. [teatro]
- *Une saison au Congo* [Uma temporada no Congo], Paris, 1966. [teatro]
- *Une Tempête (d'après "La Tempête" de William Shakespeare : adaptation pour un théâtre nègre)* [Uma Tempestade, baseada em "A Tempestade" de William Shakespeare: adaptação para um teatro negro], Paris, 1969. [teatro]
- *Œuvres complètes* [Obras completas em três volumes], Fort-de-France, 1976.
- *Moi, laminaire* [Eu, laminar], Paris, 1982. [poesia]
- *Discours sur la négritude* [Discurso sobre a negritude], Miami, 1987. [ensaio]
- *La Poésie* [A poesia], Paris, 1994. [poesia]





adandē





adandê



Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu *demônio*, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o *crime* em si, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “*coolies*” da Índia e os negros da África estavam subordinados.

